

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 074

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE JUNHO DE 1999

ANO XXV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PFL

**NELSON JUSTUS**

1º Vice-Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

2º Vice-Presidente - PMDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUÍZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>

## Representação Partidária

*PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 06: Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 07: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.*

**Resolução:**

RESOLUÇÃO Nº 005/99

**SÚMULA:**

Autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de 500 Anos, em área desmembrada de Toledo.

DATA: 14 de Junho de 1999

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o Artigo 123 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito no Município de Toledo, para que a população decida sobre a criação do Município de 500 Anos, com território e divisas adiante descrita:

**“I - Com o Município de Nova Santa Rosa:**

Inicia no arroio Guaçu na foz do córrego Gavião, sobe por este até a foz da sanga Ubiretama, sobe por esta até sua cabeceira, deste ponto segue na direção geral sudeste pela divisa entre os lotes 43 e 49 da Fazenda Britânia até encontrar uma estrada de rodagem que é divisa do lote 54 com os lotes 55, 57, 58, 59, 72, 73, 74 e 75, segue por esta estrada até encontrar a cabeceira da sanga do Paim, desce por esta até a sua foz córrego Jaguarandi, desce por este até a foz do arroio Dezoito de Abril.

**II - Com o Município de Maripá:**

Inicia no arroio Jaguarandi na foz do arroio Dezoito de Abril, sobe por este até encontrar a divisa do lote 22 com o lote 133 do 47º perímetro da Fazenda Britânia.

**III - Com o Município de Toledo:**

Inicia no encontro do arroio Dezoito de Abril com a divisa entre os lotes 22 e 133 da Fazenda Britânia, deste ponto segue pela divisa dos lotes 15, 14, 13 e 01 do 15º perímetro com os lotes 132, 131, 130 e 129 do 47º perímetro até encontrar a sanga Cavalo Morto, desce por esta até a sua foz no arroio Guaçu, desce por este até a foz do córrego Soco Boê, sobe por este até a foz da Sanga Ampoprim, sobe por esta até a divisa do lote 200 com os lotes 189 e 138, segue por esta divisa até encontrar a sanga Guamixinga, desce por esta até sua foz no Lageado Grande, desce por este até sua foz no arroio Guaçu, desce por este até encontrar a divisa dos lotes 06, 04, 03, 02, 01, 07, 43, 44, 45, 46, 47 e 51 com os lotes 07, 08, 42 e 52 - todos do 7º e do 6º perímetro da Fazenda Britânia - até encontrar a sanga Funda.

**IV - Com o Município de Quatro Pontes:**

Inicia no encontro da divisa entre os lotes 52 e 51 com a sanga Funda, desce por esta até sua foz no

arroio Guaçu, desce por este até a foz do córrego Gavião”.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14.06.99.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

### ATA DA 056ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 1999

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### Mensagem:

MENSAGEM Nº 012/99

Curitiba, em 21.06.99

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva acrescentar parágrafos ao art. 2º, da Lei nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, alterada pela de nº 12.201, de 25 de junho de 1998. Visa, ainda, dar nova redação ao art.; 5º, da referida Lei nº 11.961/97, alterada pela também mencionada Lei nº 12.201/98, bem como definir reajuste de valores conforme especifica.

O Plano de Lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses públicos, sendo indiscutivelmente oportuno, conveniente e necessário, eis que virá adequar os dispositivos que menciona ao previsto no § 2º, do art. 2º, da Lei nº 11.961/97, nela incluído pela Lei nº 12.201/98, ensejando, assim, condições legais indispensáveis para gestão dos ativos recebidos pelo Estado em procedimentos do saneamento do Banco do Estado do Paraná S/A.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam acrescentados no artigo 2º, da Lei nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, com a redação alterada pela Lei nº 12.201, de 25 de junho de 1998, os seguintes parágrafos:

“§ 4º - Para cumprimento do disposto no § 3º deste artigo fica o Poder Executivo autorizado a alienar qualquer ativo que tenha recebido em virtude do saneamento do Banco do Estado do Paraná S/A, inclusive bens imóveis.

§ 5º - A gestão dos ativos e demais atribuições que foram conferidas ao Poder Executivo pelos parágrafos anteriores deste artigo, observados os limites, prazos e condições a serem estabelecidos por Decreto, poderão ser transferidas para pessoas

de direito público ou, mediante licitação, para pessoas de direito privado.”

Art. 2º - O artigo 5º, da Lei nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, com a redação alterada pela Lei nº 12.201, de 25 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer em caução e/ou garantia junto a órgãos do Governo Federal e/ou Banco do Estado do Paraná S/A, ações que detém na Companhia Paranaense de Energia - COPEL, ate o limite de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais).

Art. 3º - Os valores de que tratam os artigos 5º e 6º, da Lei nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, com a redação alterada pela Lei nº 12.201, de 25 de junho de 1998, serão reajustados na mesma forma, prazo e condições previstos no § 2º, da Lei nº 12.201, de 25 de junho de 1998.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

### Ofício:

OFÍCIO Nº 001/99

Curitiba, em 21.06.99

Senhor Presidente.

Venho através deste, apresentar o relatório conclusivo realizado nos dias 31/05 e 01/06/99, pela Comissão Especial de Investigação - CEI, formada por Parlamentares Supra-Partidários desta Casa, como o objetivo de vistoriar as propriedades rurais da região de Querência do Norte - Paraná, após reintegrações de posse determinada pela Justiça e cumprida pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Diante disso, o mesmo relatório está sendo apresentado para as Bancadas Partidárias integrantes desta Casa de Leis, para seus conhecimentos.

Ao ensejo renovo protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, NELSON GARCIA, EDNO GUIMARÃES, HERMAS BRANDÃO, DIVANIR BRAZ PALMA, LUIZ ACCORSI, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO E MILTINHO PUPPIO.

### Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1370

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 189/99, de minha autoria, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 11.493/96, que alterou a Lei nº 11.254/95, que criou o Município de Bela Vista da Caroba.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### REQUERIMENTO Nº 1371

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 155/99, de minha autoria que dispõe sobre a repartição de receitas provenientes de aplicação de multas por infrações previstas na Lei nº 9.503, de 23.09.97, Código de Trânsito Brasileiro.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 1333

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do Senhor Aparecido Magri, ocorrido no dia 15/06/99, em Ibiaporã, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 1339

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento da Senhora Kagui Sato, ocorrido no dia 17/06/99, em Assaí, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 1369

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar às famílias, Oliveira e Paz, pelo falecimento da Senhora Nair Chagas de Oliveira, ocorrido no dia de ontem na Cidade de Ivaiporã.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Art. 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente, a família, através da pessoa do Senhor Eurídes da

Paz, Avenida Souza Naves, 1265, 1º andar Ivaiporã - Paraná.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1328

Senhor Presidente.

Requer ao Senhor Presidente desta Casa, o encaminhamento dos seguintes expedientes de congratulações pelo brilhante trabalho desenvolvido na área da Segurança Pública pelo Delegado Titular da Delegacia de Polícia Civil de Dois Vizinhos, bacharel José Inocêncio Tadeu Bello:

1 - Ao Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, Dr. Cândido Manuel Martins de Oliveira;

2 - Ao Delegado Geral da Polícia Civil do Paraná, Dr. Newton Tadeu Rocha;

3 - Ao Delegado de Polícia de Dois Vizinhos, Bacharel José Inocêncio Tadeu Bello.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

#### REQUERIMENTO Nº 1332

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Sociedade Esportiva Palmeiras, alusivos a conquista da Taça Libertadores da América, ocorrida no último dia 16 de junho em São Paulo.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da Sociedade Esportiva Palmeiras Mustafá Contursi Goffar Majzoub, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Turiassu, nº 1840, Pompêia, CEP: 05005-000, São Paulo-SP.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1337

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao "Jornal do Boa Vista" (Rua Guilherme Lhlenfeldt, 1081, sala 23 - Curitiba) pela comemoração de um ano de circulação.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Completo com a edição nº 12, de junho/99, um ano de circulação o "Jornal do Boa Vista", bairro da nossa Capital.

O Jornal, que circula mensalmente, enfrentou neste primeiro ano muitos desafios, sem desistir de seus objetivos - levar ao morador do bairro e da

nossa cidade informações, serviços, reportagens do interesse de todos e, acima de tudo, o incentivo ao desenvolvimento do ser humano como pessoa e como cidadão.

Já tão jovem, o jornal conseguiu se firmar como um veículo de comunicação respeitado e divulgado, pois transcendeu os limites do bairro Boa Vista chegando até outros da nossa cidade, motivo de orgulho da sua equipe de trabalho, que luta diariamente, preservando sempre diante das muitas dificuldades que enfrentam. Mas, como tudo que é importante tem seu lugar de destaque, o Jornal do Boa Vista conta com o apoio da população, comerciantes do bairro e leitores que vêem nele um futuro promissor. Prova disso são as colaborações de moradores que vemos ao longo do jornal, como poemas, cartas, reclamações, sugestões, além do espaço publicitário e classificados que, apesar de pequeno, é dos mais completos.

Ao "Jornal do Boa Vista", a toda a sua equipe de trabalho, à sua diretora, Rosâni de Souza Alba, pela comemoração de um ano de circulação deste iniciante, mas promissor veículo de comunicação, receba os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1338

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações ao "Jornal do Estado" pela comemoração de seus 16 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Completo com a edição de hoje, 16 anos de fundação do "Jornal do Estado".

O Jornal, que circula diariamente, enfrentou nestes anos muitos desafios, sem nunca desistir de seus objetivos - levar ao Estado do Paraná informações, serviços, reportagens do interesse de todos e, acima de tudo, o incentivo ao desenvolvimento do Estado e do ser humano como cidadão.

O jornal firmou-se desde muito cedo como um veículo de comunicação respeitado e divulgado, pois transcendeu os limites da nossa cidade e conquistou o Paraná, motivo de orgulho da sua equipe de trabalho, que luta diariamente, perseverando sempre diante das muitas dificuldades que enfrentam.

Mas, como tudo que é importante tem seu lugar de destaque, o "Jornal do Estado" como um veículo de comunicação sério, imparcial e atuando sempre na defesa dos legítimos interesses da sociedade paranaense, desponta como um dos mais importantes do Estado. Como imprensa aberta ao

povo, é solidário ao sofrimento dos humildes, alertador dos desequilíbrios sociais, estimuladora do desenvolvimento econômico, divulgador dos nossos recursos e belezas naturais, corajosos na condenação das injustiças, da impunidade e do favoritismo.

Ao "Jornal do Estado", à toda a sua equipe de trabalho, pela comemoração de 16 anos de circulação deste veículo de comunicação, receba os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1340

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja registrado nesta Casa votos de congratulações, ao Jornal "A Folha da Imprensa", pelos seus 9 anos de fundação a serem comemorados no próximo dia 22/06/99.

Na oportunidade será inaugurado o Parque Gráfico Abdo Aref Kudri e serão apresentadas as unidades rotativas para impressão em policromia e a nova sede própria.

Através do seu Diretor Alcy Ramalho Filho, cumprimente-se toda a equipe de jornalistas, repórteres, fotógrafos demais funcionários.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) TONY GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1347

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Rio Azul pela passagem, no próximo dia 14.07.99, de seus 81 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Vicente Solda, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Senhor Jaciel Buco Martins, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Quando o Município de Rio Azul comemora os seus 81 anos de emancipação política, vemos com muita alegria que o esforço, a dedicação e o trabalho diuturno desenvolvido por seus administradores de todos os tempos não foi em vão, porém contribuiu para despertar a crença num futuro voltado sempre ao progresso cada vez maior daquela região.

Portanto, está de parabéns toda a população de Rio Azul nesta significativa data de 14.07.99, em

que vê transcorrer mais um aniversário de sua emancipação política.

Temos certeza que toda a comunidade de Rio Azul anseia por melhores dias, razão pela qual, continua prestando eficiente colaboração visando sempre o bem estar de todos e o progresso do município ao longo desses 81 anos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em transmitir à população de Rio Azul todo o seu reconhecimento, respeito e admiração certo de que seus esforços não foram em vão.

#### REQUERIMENTO Nº 1351

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, alusivos a posse da nova diretoria, que ocorrerá no próximo dia 22 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente José Daniel Farias, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Vicente Machado, nº 18, 8º andar, CEP: 80420-010, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1352

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Galática Petróleo, alusivos a inauguração do Posto Sideral, ocorrido no último dia 14 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Diretor Ernani Moreno Silva, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Nossa Senhora da Luz, 2294, CEP: 82530-010, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1353

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Associação de Recuperação do Alcoolatra - A.R.A., alusivos a posse da nova diretoria, que ocorrerá no último dia 19 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente Devanzir Ferreira, através de corre-

spondência a ser encaminhada a Av. São Paulo, s/n, CEP: 86870-000, Ivaiporã - Paraná.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1354

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Jornal Folha da Imprensa, alusivos ao 9º aniversário do Jornal e a inauguração do Parque Gráfico Doutor Abdo Aref Kudri, que ocorrerá no próximo dia 22 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Diretor Presidente Alcy Ramalho Filho, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Machado de Assis, nº 462, CEP: 80030-370, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1359

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulação ao Consulado Geral do Japão (R. Mal. Deodoro, 1804 - Conj. 630 - Curitiba), pela comemoração de 91 anos de imigração japonesa no Brasil.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

A Comunidade Nipo-Brasileira de Curitiba, comemora 91 anos da chegada dos primeiros imigrantes no Brasil e 90 anos no Paraná. A primeira leva de imigrantes era composta por 781 japoneses que vieram no navio Ksato Maru, e desembarcaram no Porto de Santos, em 18 de junho de 1908. No Paraná, o primeiro grupo se instalou em Curitiba, em maio de 1909. Hoje, Curitiba é a segunda maior colônia japonesa, com 30 mil pessoas, ficando atrás apenas de São Paulo. No Brasil são 1,5 milhão de imigrantes, sendo 150 mil somente no Paraná.

Povo de grande valor, muito dedicado ao trabalho, os japoneses ajudaram nosso Estado e nosso país a crescer. Temos orgulho de tê-los como irmãos em nossa terra. Sua cultura, culinária, costumes típicos em muitos anos influenciaram e influenciam até hoje. Somos gratos por terem incorporado sua sabedoria milenar ao nosso cotidiano.

Pela passagem dos 91 anos de imigração japonesa no Brasil, receba o Consulado do Japão, homenageando a Comunidade Nipo-Brasileira, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

## REQUERIMENTO Nº 1360

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Dr. Ruy Fernando de Oliveira, pela promoção ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) ALGACI TULIO

## JUSTIFICATIVA:

O Presidente da Associação dos Magistrados e Juiz do Tribunal de Alçada, Ruy Fernando de Oliveira, foi promovido à Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Ele ocupará, pelo critério de antigüidade, a vaga aberta com a aposentadoria compulsória do Desembargador Luiz José Perrotti, que completou 70 anos de idade.

A decisão deu-se em sessão do Tribunal Pleno, no início da tarde de 18 de junho último (sexta-feira) presidida pelo Desembargador Haroldo Silva Wolff, vice-Presidente do TJ, e que foi especialmente convocada para preenchimento do cargo vago.

Ruy Fernando de Oliveira, nasceu em 23 de agosto de 1940, em Ponta Grossa e formou-se na Faculdade Estadual de Direito da Universidade Federal do Paraná, em 1965. Em 1966 foi aprovado em 1º lugar no exame da Procuradoria Geral da Justiça, passando a exercer o cargo de Procurador de Justiça substituto interino nas Comarcas de Paranaguá, Rio Negro e Campo Largo. Em novembro do mesmo ano foi aprovado em 3º lugar do concurso do Tribunal de Justiça para o cargo de Juiz Substituto, que passou a exercer nas Comarcas de Curitiba, Araucária, Colombo e Cerro Azul. Em novembro de 1967 foi aprovado em 2º lugar no concurso do TJ para o cargo de Juiz de Direito. Depois de ter sido Juiz da Comarca de Ipiranga (1968), por promoção ou remoção, atuou em Santo Antonio do Sudoeste (1969), Pato Branco (1970), Paranaguá (1972) e Curitiba (1978). A partir de 1984, lecionou Direito Tributário da Escola da Magistratura. Designado em abril de 1990 Coordenador da Região Sul da Escola Superior da Magistratura Nacional, em agosto do mesmo ano, foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada, integrando a 8ª Câmara Cível. Em 1998, foi eleito Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros no Paraná.

Pela sua promoção ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, receba o Dr. Ruy Fernando de Oliveira, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado.

## REQUERIMENTO Nº 1361

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Padre Antonio Darida, Diretor do Pequeno Cotelengo (Rua João Gonçalves Jr, 140 - Curitiba), pela comemoração de 40 anos de sacerdócio.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) ALGACI TULIO

## JUSTIFICATIVA:

O Diretor do Pequeno Cotelengo do Paraná, Padre Antonio Darida, está completando este mês 40 anos de sacerdócio. Hoje, com 69 anos de idade, iniciou suas atividades como sacerdote em Roma, na Itália, onde nasceu e um ano depois decidiu transferir-se para o Brasil.

Padre Antonio Darida trabalhou boa parte dos 40 anos de sacerdócio em programas de evangelização e educação de menores carentes. Após um ano de sacerdócio Padre Darida mudou-se para Belo Horizonte (1960), onde trabalhou durante 10 anos em um orfanato que abrigava 230 meninos. Em seguida ele foi para o Pequeno Cotelengo de Cotia (SP). O Missionário chegou a Curitiba em 1991 para dirigir o Pequeno Cotelengo do Paraná.

A Instituição que foi criada na Capital em 1965, é uma das cinco existentes no país e atende 150 pessoas de até 50 anos, portadoras de deficiência mental grave. Elas vivem no Pequeno Cotelengo e desenvolvem atividades de terapia ocupacional, além de receberem atendimento prestado por 25 profissionais especializados nas áreas médica e psicológica.

Pela comemoração de seus 40 anos de sacerdócio, sempre dedicado às causas sociais e aos mais carentes, receba o Padre Antonio Darida, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

## REQUERIMENTO Nº 1363

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Direção do Colégio Estadual Helena Kolody, pelo II Concurso de Poesias - Prêmio Helena Kolody, no último dia 18 de junho do corrente.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

## REQUERIMENTO Nº 1368

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações ao SIATE - Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência de Cascavel, nas pessoas do responsável pelo SIATE, Oficial Adjunto Moisés

Capiglione e do Comandante do 4º Grupamento de Bombeiros de Cascavel, Major Moroni Cordeiro, pela comemoração de um ano de implantação na Cidade de Cascavel, no próximo dia 26 de junho, no endereço Rua General Osório, 2.791, Centro, CEP: 85807-470, Cascavel-PR.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) ANTONIO CARLOS BARATTER

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 26 de junho, o Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência - SIATE, comemorará um ano de implantação em Cascavel.

Baseado na assistência pré-hospitalar, o Serviço presta suporte básico de vida às vítimas ainda no local da ocorrência e transporte adequado até o hospital de referência, que é previamente informado sobre a situação e necessidades do paciente.

A operacionalização do SIATE estrutura-se no Corpo de Bombeiros, que conjuga a central de operações, almoxarifado, secretaria, ambulâncias, além dos recursos humanos dispostos em três postos de bombeiros. Ainda, junto a comunidade o 4º GB, executa programas educativos, cursos, palestras, visitas, exposições, assim como convênio com hospitais e outras instituições.

Neste primeiro ano, o SIATE atendeu a 2.021 ocorrências compreendendo 2.246 vítimas, das quais menos de 4% morreram. O tempo médio de deslocamento da equipe é estimado em 4,5 minutos, uma grande conquista para a sociedade.

Ante ao exposto, solicitamos aos nobres Pares, a aprovação do presente requerimento, devido a importância que este programa representa para a Cidade de Cascavel.

REQUERIMENTO Nº 1349

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, o envio de ofícios ao Dr. Mário Bezerra, Delegado do Ministério da Agricultura do Paraná e ao Dr. Antonio Poloni, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando o exercício de severa fiscalização quanto à entrada de mudas e sementes de coco procedente de outros Estados.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A cocoicultura como alternativa agro-industrial e de reflorestamento para o Noroeste do Paraná, já é uma realidade.

Segundo dados oferecidos pela Associação Paranaense de Produtores de Coco - ASPARCOCO, a área coberta com pés de coco, já ultrapassa o total

de setecentos hectares, o que representa 140.000 árvores assentadas.

Prevê ainda a ASPARCOCO que a partir do ano 2003 nosso Estado será auto-suficiente na produção de coco, com a entrada no mercado de cerca de 14 milhões e oitocentos mil frutos/ano, ensejando inclusive a implantação de indústria de transformação para o fabrico de coco ralado, leite de coco, óleo, envazamento de água, aproveitando da fibra verde para ração de gado e da seca para o fabrico do coxim, substitutivo do xaxim, o que contribuirá para a preservação da samambaia gigante.

Preocupa-se a ASPARCOCO, no entanto, com a entrada de mudas e sementes de qualidade duvidosa, procedência ignorada, mistura de variedades e condições de fitossanidade que podem comprometer o cultivo, levando o cocoicultor ao insucesso.

Dáí, Senhor Presidente, a razão que nos leva a subscrever o presente documento, cujo objetivo maior é o de oferecer segurança e garantia para êxito dessa nova opção que se apresenta como importante fonte de renda principalmente para os pequenos e médios agricultores do terceiro planalto paranaense, além de contribuir como fator de estancamento do êxodo rural.

REQUERIMENTO Nº 1331

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes e ao Ilustríssimo Senhor João Alberto Sautchuk, engenheiro Chefe do 9º DRF - Distrito Rodoviário Federal, solicita em caráter de urgência, a priorização das obras de reestruturação e melhorias na BR-476 (Estrada da Ribeira) trecho entre o Trevo do Atuba e o Guaraituba, tais como: duplicação de vias centrais, trevos de acesso, semáforos, lombadas eletrônicas no Município de Colombo, bem como o recapeamento asfáltico até o Município de Bocaiúva do Sul.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação do requerimento, justifica-se pelo fato desta Rodovia Federal estar sendo estadualizada, cujo projeto de melhorias encontra-se em fase de aprovação, junto ao Banco Mundial.

Tais melhorias são imprescindíveis e urgentes, tendo em vista o precário estado de conservação em que a via se encontra, e estrangulada pelo elevado volume de tráfego, sem a devida sinalização.



Face ao exposto, e contando com o apoio e compreensão dos nobres Pares, reitero a Vossa Excelência votos de admiração e apreço.

#### REQUERIMENTO Nº 1329

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, solicita prioridade na pavimentação da via que liga as localidades de São João e Santa Gema a BR-476 (EMBRAPA), envolvendo as seguintes Ruas: José Strapasson, Rafael Francisco Greca e João Strapasson Sobrinho, numa extensão de 5,8km.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Por tratar-se de uma importante via de escoamento agrícola e transportes tanto escolar como coletivo, e também esta obra estar enquadrada no programa "Caminhos da Educação", atualmente interrompida.

Face ao exposto, e contando com o apoio e compreensão dos nobres Pares, reitero a Vossa Excelência, votos de admiração e apreço.

#### REQUERIMENTO Nº 1330

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Nelson Derene, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal, solicita em caráter de urgência, policiamento Rodoviário para orientação de Trânsito nos cruzamentos da BR-476 (Estrada da Ribeira), com a Av. Argentina e a Rua Huxley, bairro Rio Verde em Colombo, e no entroncamento da BR-476 nas proximidades da via de acesso ao viaduto do bairro Bacacheri, das 17:00 às 19:30horas.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A apresentação deste, justifica-se por tratar-se de vias com grande fluxo de tráfego de veículos, ônibus, caminhões etc., e aos acidentes ocorridos nos cruzamentos supra citados, bem como dar segurança aos pedestres e aos condutores de veículos, pois nos referidos cruzamentos não existem sinalizações.

Face ao exposto, e contando com o apoio e compreensão dos nobres Pares, reitero à Vossa Excelência, votos de admiração e apreço.

#### REQUERIMENTO Nº 1344

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando a aquisição de um microcomputador e equipamentos para o Colégio Estadual Mário José Zanzanaro, no distrito de São Judas Tadeu, no Município de São Pedro do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se devido ao fato de o educandário supramencionado contar atualmente com cerca de 300 (trezentos) alunos entre 1º e 2º graus.

Com este contingente, a Secretaria Administrativa do mesmo está sobrecarregada de execução dos trabalhos inerentes ao complexo educacional do gênero.

Isto considerado, dotá-la de microcomputador e equipamentos constituirá em imprescindível incremento para viabilizar o desenvolvimento e qualidade das tarefas peculiares, de forma a atender esta necessidade do corpo docente, servidores e educadores.

#### REQUERIMENTO Nº 1345

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando a aquisição de um microcomputador e equipamentos para o Colégio Estadual Capitão Heitor Mendes, no Distrito de Porto Mendes, no Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se devido ao fato de o educandário supramencionado contar atualmente com cerca de 300 (trezentos) alunos entre 1º e 2º graus.

Com este contingente, a Secretaria Administrativa do mesmo está sobrecarregada de execução dos trabalhos inerentes ao complexo educacional do gênero.

Isto considerado, dotá-la de microcomputador e equipamentos constituirá em imprescindível incremento para viabilizar o desenvolvimento e qualidade das tarefas peculiares, de forma a atender esta necessidade do corpo docente, servidores e educadores.

#### REQUERIMENTO Nº 1346

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, à Secretaria Especial do Emprego e Relações do Trabalho, e à Secretaria de Saúde, solicitando auxílio para a manutenção do Centro de Apoio e Recuperação de Toxicômanos e Alcoólatras (CARTA), com sede no Município de Palotina.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) ADEMIR BIER

#### JUSTIFICATIVA:

O referido Centro de Apoio tem como objetivo principal a reabilitação de dependentes químicos por um período de 09 (nove) meses, com capacidade para atender até 30 pessoas, dos 18 aos 45 anos, do sexo masculino.

O CARTA não possui receita fixa e a arrecadação para sua manutenção provém de doações, promoções, uma pequena subvenção da prefeitura municipal e contribuições dos familiares dos internos.

Devido a atual dificuldade financeira que a instituição passa, necessita de auxílio urgente do Governo do Estado para sua manutenção.

#### REQUERIMENTO Nº 1348

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente, com cópia do Ofício nº 041/99 da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Arapongas, e cópia das Emendas Orçamentárias de autoria da então Deputada Estadual Irondi Pugliesi, ao Senhor Governador do Estado, Jaime Lerner, bem como o Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando a liberação dos recursos destinados a área de Segurança Pública para o Município de Arapongas.

Requer ainda que a decisão do douto Plenário seja comunicada à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Paraná - Subseção de Arapongas, na Av. Arapongas, 827, sala 13, CEP 86701-000 - Arapongas -PR.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) WALDYR PUGLIESI

#### JUSTIFICATIVA:

Um dos maiores direitos reservados ao cidadão é a garantia de sua segurança e da sua família. A maneira como o assunto é tratado reflete o nível de sensibilidade e boa vontade política e administrativa de um governo, seja ele federal, estadual ou municipal.

E o que presenciamos, hoje, no Município de Arapongas, é um quadro desatualizado e preocu-

pante, a poucos instantes de ultrapassar o limite. Há, aproximadamente, nove meses atrás, a situação pela qual a Polícia Civil local é obrigada a conviver, levou a um pedido de intervenção pelo Ministério Público do município.

Arapongas, pelo que representa para o Paraná, através de seu conjunto - população, eleitores e arrecadação - merece e necessita de imediato reformulação em sua condição de segurança pública. A precariedade nesse setor limita, inclusive, outras aspirações de crescimento físico e econômico do município.

Com a população perto de 100 mil habitantes, a cidade conta com o esforço e trabalho de apenas 1 delegado, 1 escrivão, 5 investigadores e 1 carcereiro. As circunstâncias físicas da delegacia também prejudicam e depõem contra as normas de segurança e direitos reservados aos presos e à população. O prédio da delegacia, que comporta no máximo 30 presos, tem hoje 60 presos detidos em estado precário.

O quadro apresentado afeta e prejudica, também, o trabalho dos advogados araponguenses, hoje cerca de 100 profissionais. A falta de um local apropriado (parlatório), para manter contato com os presos, leva os advogados a se submeterem a situações desconfortáveis e, às vezes, perigosas.

Enfim, a superpopulação carcerária, condições subumanas, falta de efetivo policial, precariedade nas instalações da delegacia, nos levam a evidente conclusão de que a segurança pública desatualizada, não pode mais permanecer como está. Não existe desenvolvimento e qualidade de vida se não existe segurança.

#### REQUERIMENTO Nº 1350

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente, com cópia do Ofício nº 072/99 da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Arapongas, ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Sidney Dietrich Zappa, solicitando o desmembramento da Vara Criminal/Família.

Requer ainda que a decisão do douto Plenário seja comunicada à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Paraná - Subseção de Arapongas, na Av. Arapongas, 827, Sala 13, CEP 86701-000 - Arapongas -PR.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) WALDYR PUGLIESI

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando a população do Município de Arapongas, que segundo o IBGE é de 80.144 habitantes, e comparando com outros municípios paranaenses, fica evidente a necessidade de atualizar o

número de varas existentes na comarca araponguense.

Respeitando dados do IBGE e do Código de Normas da Corregedoria Geral do Paraná, seguem abaixo alguns confrontos que ora utilizo para tornar evidente a clara desvantagem que juízes, promotores, advogados e a população de Arapongas sofre diante de outras comarcas.

MUNICÍPIO	HABITANTES	Nº DE VARAS
<b>Arapongas</b>	<b>80.144</b>	<b>02</b>
Umuarama	86.269	05
Campo Mourão	80.411	05
Paranavaí	73.800	05
Pato Branco	61.680	04
Cianorte	56.005	03
Cruzeiro do Oeste	19.898	02
Capanema	18.054	02

Por esses breves exemplos, fica clara a necessidade de atualizar o número de varas do Fórum da Comarca de Arapongas, que hoje conta com a mesma quantidade de municípios significativamente menores.

O desmembramento da Vara Criminal/Família, em duas varas distintas e independentes, é o número que pode ser feito para agilizar o andamento dos processos e possibilitar o bom prosseguimento a aplicação da lei.

#### REQUERIMENTO Nº 1355

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado de Transportes, solicitando informações sobre a pavimentação asfáltica da PR-586, no trecho que liga Santa Tereza do Oeste a São Pedro do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 1362

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando a recuperação da sinalização horizontal da Rodovia Estadual, que interliga os Municípios de Engenheiro Beltrão - Terra Boa - Cianorte.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 1364

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente aos Secretários de Estado da Justiça e da Cidadania, José Tavares; da Defesa do Consumidor, Sérgio Spada; e Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Sidney Dietrich Zappa, solicitando empenho no sentido de viabilizar convênio para a criação do Juizado do Consumidor no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) RENATO GAÚCHO

#### JUSTIFICATIVA:

A medida, já adotada em Campo Grande (MS), mostra que com a criação do Juizado do Consumidor haverá um desafoço nos Juizados Especiais na área cível. Em Campo Grande, 70% dos 7000 processos em andamento nos Juizados de Pequenas Causas se referem a reclamações de consumidores contra as empresas. A instalação do Juizado é pertinente pois aproximadamente 30% das reclamações que o PROCON recebe acabam sem a realização de um acordo.

Segundo informações, os números do Paraná são expressivos e justificam a existência do Juizado do Consumidor.

### Projetos de Resolução:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 019/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º - Fica autorizada a realização do plebiscito, na área abaixo especificada, visando consultar a população, conforme prescrição legal sobre a criação do Município de Salto Caxias, com as seguintes divisas:

“Com o Município de Capitão Leônidas Marques: inicia no rio Iguaçu na Foz do rio Andrada, sobe por este até encontrar a divisa dos lotes 667 e 705 da colônia Andrada. Com o Município de Boa Vista da Aparecida: Inicia no rio Andrada na divisa entre os lotes 705, 703, 701, 700, 699, 698, 697, 695, 691, 690, 698, 798, 867, 866, 864, 860, 103, 101, 104 e 158-D com os lotes 667, 719, 717, 715, 714, 713, 712, 711, 710, 709, 708, 707, 113, 89 e 97, até a cabeceira do córrego Luciana, desce por este até sua foz, no rio Iguaçu. Com o Município de Nova Prata do Iguaçu: inicia na foz do córrego Luciana no rio Iguaçu, desce por este até a foz do rio

Cotegipe. Com o Município de Realeza: inicia na foz do rio Cotegipe no rio Iguaçu, desce por este até a foz do rio Andrada.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) NEREU MOURA

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 020/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, no Município de Campina Grande do Sul, para que a população decida sobre a criação do Município de Capivari Cachoeira, com as seguintes divisas:

“Começa no rio Capivari, onde recebe o afluente Rio Mirim; seguido pelo Rio Capivari até a divisa com o Estado de São Paulo, no Rio Pedrinho, seguindo, pela divisa intermunicipal entre Campina Grande do Sul e Guaraqueçaba, continuando pela divisa intermunicipal entre Campina Grande do Sul, Antonina, Morretes e Quatro Barras até encontrar o Rio Mirim, seguindo por este até encontrar o ponto de partida, Rio Capivari.”

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Capivari Cachoeira foi criado, *ad referendum* do resultado do plebiscito pela Lei nº 9445, de 03 de dezembro de 1.990.

Razão pela qual estamos apresentando o presente projeto de resolução para fazer com que o antigo sonho daquela comunidade se torne realidade, finalmente.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 340/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ADEFIPAL - Associação dos Deficientes de Palotina, com sede e foro no Município de Palotina-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) ADEMIR BIER

#### JUSTIFICATIVA:

A ADEFIPAL - Associação dos Deficientes de Palotina, é entidade de caráter beneficente de Assistência Social, destinada ao atendimento e a defesa dos direitos dos portadores de deficiência, aplicando todas e quaisquer rendas ou receitas auferidas integralmente no território federal, na manutenção e desenvolvimento de suas atividades, prestando assistência educacional, cultural, social e recreativa, promovendo sua integração social e profissional, encaminhando-os para uma vida melhor.

A documentação que instrui o presente plano de lei, atende os requisitos da lei regulamentadora da matéria. Motivo que nos leva a solicitar apoio dos nobres Deputados desta Casa.

#### PROJETO DE LEI Nº 341/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Fundação de Diretores da Educação de Jovens e Adultos de Escolas Públicas do Paraná - FUNDEJAP, como pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos, de interesse social, com sede e foro nesta Capital e jurisdição em todo o território do Estado do Paraná, com os objetivos seguinte:

a) manter parcial ou integralmente em caráter científico, cultural e assistencial o CEAD - Centro de Educação Aberta, Cotinuada, a Distância - Polo de Curitiba e a rede de ensino do Estado;

b) prestar assistência de ensino médio, pós-médio e/ou superior, ensino profissionalizante e especial, pesquisas científicas, congressos, simpósios e encontros;

c) exercer campanhas em benefício da educação ou outras correlatas;

d) assistência médico-hospitalar e/ou odontológica aos estudantes, funcionários, professores e diretores dos CEAD e da rede de ensino do Estado

e) assistência jurídica aos CEAD e à rede de ensino na educação dos jovens e adultos

Art. 2º - O Poder Executivo aprovará o Estatuto da FUNDEJAP e regulamentará a presente lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) ANIBAL KHURY

**JUSTIFICATIVA:**

A presente propositura, de cunho altamente social, tem o intuito de ampliar e fortalecer significativamente o setor educacional no nosso Estado, atendendo às necessidades das pessoas envolvidas e enaltecendo os valores sócio-econômicos e culturais do Estado do Paraná, no âmbito nacional e internacional.

Vale dizer, que o trabalho realizado através do CEAD - Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância - Polo Curitiba, pode ser considerado como modelo aos demais Estados do País.

Neste sentido, solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa, à aprovação do projeto de lei que ora apresentamos.

**PROJETO DE LEI Nº 342/99**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Mário Celso Petraglia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) ANIBAL KHURY

**JUSTIFICATIVA:**

O Doutor Mário Celso Petraglia nasceu em 11 de fevereiro de 1944, no Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Filho de José Benito Petraglia e Maria Ettlin Petraglia.

Industrial com méritos indiscutíveis, ocupa o cargo de vice-Presidente da INEPAR S/A Indústria e Construções, empresa de qualidade reconhecida nacionalmente e além das fronteiras do nosso País.

Mário Celso Petraglia formado pela Faculdade de Direito de Curitiba, no período de 1967 - 1971, especializou-se em Direito Trabalhista, Direito Tributário e Comércio Exterior, pela Fundação Getúlio Vargas. Participando, também, de vários cursos de aperfeiçoamento, como o Seminário de Estudo sobre legislação e Comércio Exterior Brasileiro, Curso de Direção por Objetivos e Desenvolvimento Planejado e Curso de Integração Gerencial - Planejamento de Objetivos.

Sua aproximação maior com a comunidade paranaense ocorreu no ano de 1995, quando assumiu a presidência do Clube Atlético Paranaense, tradicional clube de nossa Capital. O Furacão encontrava-se em graves dificuldades, mas através da gestão do Doutor Mário Celso Petraglia o

esporte paranaense conheceu a grande virada rubro-negra. A sua primeira realização foi com a conquista do título do Campeonato Nacional da Série B e a volta do Atlético à elite do futebol brasileiro. Depois de vencer o Campeonato Paranaense do ano passado e de ter participado, com brilhantismo, do Campeonato Nacional e da Taça Brasil, a diretoria comandada por Mário Celso Petraglia está entregando à nação atleticana a Nova Baixada, o estádio mais moderno da América Latina. O estádio foi construído sem prejudicar a sua característica mais marcante: a proximidade com a sua fanática torcida, que tem embalado durante décadas o imortal Caldeirão do Diabo. O novo estádio, a Arena da Baixada, terá na sua inauguração uma capacidade para abrigar 32.228 espectadores, no futuro com a ampliação do estádio, a sua capacidade total será de 50.797 lugares.

Pela sua força de liderança que exerce, tanto como industrial e como esportista, temos a certeza da justiça da entrega do título de Cidadão Honorário do Estado a Doutor Mário Celso Petraglia, que muito tem feito pela nossa terra e pela nossa gente.

**PROJETO DE LEI Nº 344/99**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, o Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador.

Art. 2º - O Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador, tem como objetivos fundamentais:

I - Incentivar o Esporte Amador mediante:

a) concessão de bolsas de estudo para atletas, desde que residentes no Estado do Paraná;

b) concessão de patrocínio permanente para atletas amadores;

c) Instalação e manutenção de atividades sem fins lucrativos, destinadas à formação de atletas;

d) realização de campeonatos e competições sem fins lucrativos;

e) cobertura de despesas com transporte para a participação em eventos nacionais;

f) apoio à criação e manutenção de equipes esportivas amadoras, existentes ou que venham a ser criados, nas diversas regiões do Estado do Paraná;

g) apoio à reforma, construção e locação de dependências para a realização de esportes, em convênio com órgãos da administração pública e entidades esportivas;

h) apoio a publicação científicas que tenham por tema o esporte amador.

II - Dar apoio a outras atividades de esporte amador consideradas relevantes pela Secretaria de Estado de Esporte e Turismo, desde que previamente ouvido o Conselho Estadual de Esporte Amador.

Parágrafo Único - Os candidatos individuais e coletivos aos recursos do Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador, em qualquer modalidade, deverão ter domicílio no Estado do Paraná há pelo menos dois anos, a serem contados retroativamente da data de entrada de tramitação do projeto a ser incentivado.

Art. 3º - O Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador contará com recursos provenientes de:

- a) dotações orçamentárias do Estado;
- b) doações;
- c) legados;
- d) subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza ou de organismos nacionais e internacionais;
- e) percentual decorrente de projetos financiados através do patrocínio ao esporte amador, nos termos desta lei;
- f) devolução de recursos de projetos não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa;
- g) outras rendas, bens e valores.

Art. 4º - Fica instituído o incentivo fiscal para a realização de projetos de incentivo ao esporte amador, a ser concedido a pessoa jurídica, contribuinte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.

§ 1º - O incentivo fiscal referido no "caput" deste artigo corresponderá ao recebimento por, parte do empreendedor, de qualquer projeto de apoio ao esporte amador no Estado, seja através da doação, patrocínio ou investimento, de Certificados Nominais de Incentivo ao Esporte Amador - CNIEA - expedido pelo Poder Público, correspondentes ao valor do incentivo autorizado pelo Executivo.

§ 2º - Para efeitos desta lei entende-se por:

- a) empreendedor: pessoa física ou jurídica, domiciliada no Estado do Paraná, diretamente responsável por projeto beneficiado pelos incentivos previstos no Programa;
- b) incentivador: pessoa física ou jurídica, contribuinte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, que tenha transferido recursos através de doação, patrocínio ou investimento, para a realização de projetos de incentivo ao esporte amador beneficiado pelos incentivos do Programa;

c) doação: transferência gratuita, em caráter definitivo, ao empreendedor, de recursos para realização de projeto de incentivo ao esporte amador, vedado o uso da publicidade para divulgação deste ato;

d) patrocínio: transferência gratuita, em caráter definitivo, ao empreendedor, de recursos para realização de projeto de incentivo ao esporte amador, com finalidades promocionais, publicitárias ou de retorno institucional;

e) investimento: transferência de recursos ao empreendedor para realização e projeto de incentivo ao esporte amador, com vista à participação em seus resultados financeiros;

f) certificado de aprovação: documento emitido pela Secretaria de Estado de Esporte e Turismo, após análise prévia do Conselho Estadual de Esporte amador, representativo da apreciação e da aprovação de projeto de incentivo ao esporte amador, a ser utilizado pelo empreendedor como comprovante de aprovação perante potenciais incentivadores;

g) certificado de incentivos: documento emitido pela Secretaria de Estado de Esporte e Turismo, após análise do Conselho Estadual de Esporte Amador, representativo da autorização para que se efetive a transferência de recursos conforme previsto no Certificado de Aprovação;

h) candidatos individuais: desportista que se candidata a receber incentivo na condição individual;

i) candidatos coletivos: desportistas organizados em equipe ou entidade com existência legal, destinada a promoção de atividades de esporte amador;

§ 3º - Os portadores dos Certificados Nominais de Incentivo ao Esporte Amador poderão utilizá-los na dedução quando do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS até o limite de 20% (vinte por cento) do valor a cada incidência do tributo.

§ 4º - O valor dos certificados não poderão exceder a 80% (oitenta por cento) do valor total do projeto incentivado.

§ 5º - O Poder Executivo fixará, anualmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o limite dos valores que serão utilizados para incentivo ao Esporte amador, não podendo serem, tais valores, inferiores a 1% (um por cento) e nem superiores a 3% (três por cento) da receita proveniente do ICMS.

§ 6º - Os projetos de incentivo ao esporte amador que visam obter financiamento com recursos do Programa, deverão obedecer as seguintes condições:

a) apresentação dos projetos à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, acompanhados das respectivas planilhas de custos, dos prazos de

execução e conclusão de fluxogramas de recursos, na forma da regulamentação da presente lei;

b) comprovação de que o proponente dispõe do montante necessário à execução do projeto, ou está habilitado a obter financiamento de outra fonte devidamente identificada, Secretaria de Estado do Esporte e Turismo e Tribunais de contas do Estado e da União;

c) aprovação dos projetos pelo Conselho Estadual de Esporte Amador;

d) preservação da harmonia e equilíbrio regional na distribuição de projetos; e

e) realização dos projetos no Estado do Paraná.

§ 7º - O contribuinte, pessoa jurídica, que estiver em débito com o Estado, não poderá se valer do benefício fiscal de que trata a presente lei.

Art. 5º - Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado de Esporte e Turismo, o Conselho Estadual de Esporte Amador.

§ 1º - O Conselho Estadual de Esporte Amador será composto pelos seguintes membros:

a) representante das entidades do esporte amador, com existência legal, sediadas no Estado do Paraná, com atuação reconhecida;

b) representante indicado pelos departamentos de Educação Física das Universidades Estaduais e da Universidade Federal do Paraná;

c) representante indicado pelos departamentos de Educação Física das Universidades e Faculdades Estaduais e da Universidade Federal do Paraná;

d) representante indicado pela Secretaria de Estado da Educação;

e) representante indicado pelo Colégio Brasileiro de Educação Física;

f) representantes técnicos designados pelas Secretarias de Estado de Esporte e Turismo e das Finanças;

g) representante da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 2º - O mandato dos membros mencionados referido no "caput" deste artigo será de dois anos.

§ 3º - A indicação dos membros e respectivos suplentes pelas entidades representadas no Conselho, deverá ser acompanhada de cópia de ata da reunião realizada com esta finalidade.

§ 4º - Os cargos executivos, assim como suas atribuições, periodicidade das reuniões, entre outros, serão regulamentados por Regimento Interno, aprovado pela maioria dos membros deste Conselho.

§ 5º - É vedado, aos membros do Conselho, apresentar projeto com os benefícios da presente lei enquanto estiverem no exercício de seus mandatos.

Art. 6º - O Conselho Estadual de Esporte Amador terá as seguintes atribuições:

a) supervisionar a aplicação dos recursos destinados ao Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador;

b) avaliar e aprovar os projetos de incentivo ao esporte amador;

c) acompanhar e fiscalizar a execução dos projetos aprovados;

d) expedir orientações com o objetivo de viabilizar, com agilidade, de forma conjunta ou individualizada, a implementação dos projetos a serem incentivados;

Art. 7º - O Conselho Estadual de Esporte Amador encaminhará à Assembléia Legislativa do Paraná, bimestralmente, a relação e o conteúdo dos projetos de incentivo aprovados, bem como seus custos, além dos projetos recusados com os respectivos pareceres.

Parágrafo Único - Os projetos aprovados ou recusados ficarão à disposição dos interessados para consulta pública em departamento específico da Secretaria de Estado de Esporte e Turismo.

Art. 8º - A Secretaria de Estado de Esporte e Turismo deverá designar uma unidade de sua pasta para dar apoio à implementação do Programa de que trata a presente lei.

Art. 9º - As despesas resultantes da aplicação desta lei constarão em dotações próprias, a serem incluídas na Lei Orçamentária Anual, sendo suplementadas quando necessárias.

Art. 10 - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) PÉRICLES MELLO

Apoiamento:

Hermes Fonseca, Irineu Colombo e Ângelo Vanhoni.

JUSTIFICATIVA:

A grande importância que adquiriu o esporte profissional no Brasil e no mundo, em razão principalmente do grande destaque dado pela mídia, promoveu um esvaziamento do esporte amador. Aos poucos a população troca os campos de várzea e as competições amadoras pela postura passiva diante dos aparelhos de TV.

O presente projeto de lei tem por objetivo incentivar o esporte amador, entendendo que, além

de sua importância enquanto lazer e atividade física, este constitui-se num importante mecanismo de sociabilidade. Incentivar o esporte amador significa criar espaços sociais onde possam aflorar valores como a solidariedade que, no contexto atual, amrcado por sociedades extremamente competitivas, tende a ser substituída pelo individual.

O Programa a que se refere este projeto lei, prevê três aspectos: o incentivo ao esporte amador, por parte do Estado, mediante dotações orçamentárias próprias, através da doação de bolsas de estudo, patrocínio, realização de campeonatos e outros; o incentivo fiscal para a realização de projetos de incentivo ao esporte amador, a ser concedido a pessoa jurídica, contribuinte do ICMS; e a criação do Conselho Estadual de Esporte Amador.

A supervisão deste Programa ficará a cargo dos poderes constituídos: Executivo (representado pela Secretaria de Estado de Esporte e Turismo e Secretaria de Estado das Finanças e Legislativo (representado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte da Assembléia Legislativa do Paraná), em conjunto com diversos segmentos envolvidos com o esporte amador, como a crônica esportiva, as entidades de esporte amador, em suas diversas modalidades, os departamentos de educação física das Faculdades e Universidades, o que garante a participação daqueles que estudam quotidianamente o assunto, da Secretaria de Estado da Educação e do Colégio Brasileiro de Educação Física do Paraná, que congrega os profissionais de educação física.

É sabido que o desportista amador, antes de buscar a vitória, está buscando um momento de inter-relação com os membros de sua comunidade, sob o olhar de seus amigos e familiares. O mecanismo de incentivo ao esporte amador tal como propõe este projeto de lei permite à própria comunidade se organizar, tanto em incentivadores como em incentivados, sob a administração do Estado, promovendo de forma democrática e participativa a gestão de recursos públicos da maneira mais prática e eficaz possível.

Acreditamos que o programa que prevê a presente lei, com a constituição do Conselho Estadual do Esporte Amador e previsão de incentivos, constitui-se num instrumento importante de incentivo à prática do esporte em geral, e em mecanismo de criação de espaços de sociabilidade, solidariedade e lazer.

Com este fundamento, espera-se a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 345/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, a Associação de Moradores do bairro São Bernardo, com sede e foro no Município de União da Vitória.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.06.1999.

(a) VALDIR ROSSON

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição esta de conformidade com os preceitos contidos na Lei Estadual nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978 e suas alterações, estando portanto, em perfeitas condições de merecer a análise desta Casa de Leis.

A Associação de Moradores do bairro São Bernardo do Município de União da Vitória, entidade sem fins lucrativos organizada exclusivamente para prestação de serviços sócios-comunitários, vem prestando relevantes préstimos aos moradores daquela região.

Em sendo assim, solicito o apoioamento dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, para proposição que ora apresentamos, por se tratar de matéria justa, merecendo a sua declaração de Utilidade Pública no âmbito do nosso Estado.

## Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 343/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterada a redação do art. 1º que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica instituída, na forma do art. 25 §3º da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguacu, Itambé, Floresta, Ivatuba, Doutor Camargo, São Jorge do Ivaí, Florai, Ourizona, Presidente Castelo Branco, Nova Esperança, Atalaia, Lobato, Flórida, Santa Fé e Astorga”.

Art. 2º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.06.1999.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Nereu Moura

O SR. NEREU MOURA



Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Venho aqui hoje para comentar a ação da fiscalização estadual das empresas do Estado do Paraná, sobretudo no fato específico ocorrido na semana passada no grupo Mufatão que tem a sua sede no Município de Cascavel.

Senhor Presidente, todos nós concordamos que o Estado tenha que ter um aparelho fiscalizador, buscando através da atitude séria dos fiscais, e da Secretaria da Fazenda, exercer a fiscalização objetivando diminuir o índice de sonegação no Paraná; todavia, não podemos concordar com a maneira adotada pela Receita Estadual, sobretudo em relação ao episódio verificado em Cascavel no Grupo Mufatão. Para Cascavel se destinou o Senhor Jaime Nakano, coordenador Geral da Receita do Estado, com um grande aparato policial.

E as nove lojas do grupo Mufatão, em Cascavel, Londrina, Ponta Grossa, Maringá e Umuarama, foram fechadas, por duas horas.

E o que nos causou grande preocupação, Senhor Presidente, foi a maneira como a fiscalização agiu, fortemente armados com escopetas, fuzis, metralhadoras, e acompanhados pela imprensa, fecharam o mercado Mufatão nas seis cidades onde ele opera, como já disse, Cascavel, Foz, Maringá, Ponta Grossa, Londrina e Umuarama. O que nos preocupa é que anteriormente nunca um episódio desses havia sido registrado no Paraná que nós tivéssemos notícia.

O Coordenador Geral da Receita, Senhor Jaime Nakano, foi pessoalmente a Cascavel acompanhado de toda a imprensa do Estado, estava lá a Rede Globo, SBT, e outros órgãos.

Então, isso faz com que nós façamos aqui uma reflexão, o que existe por trás desse episódio, o que pretende o Governo do Estado tentar criar enormes dificuldades para uma empresa que todos nós conhecemos, de ilibado caráter, de procedência das mais sérias e respeitadas no Paraná?

Uma empresa que tem na família Mufato de Cascavel, que já inclusive o seu patrono foi homenageado por esta Casa com o Título de Cidadão Honorário do Paraná como a sua controladora.

Uma empresa que tem contribuído com o desenvolvimento do Paraná, gerando mais de mil empregos mesmo nessa época difícil de grande turbulência na economia nacional o Grupo Mufatão, prospera e cresce, vai passando pelas dificuldades.

Talvez aí, resida as explicações, Senhor Presidente, as ações do governo do Paraná, através do fisco Estadual. Ora, a fiscalização é correta indispensável e necessária. O que não é recomendado é que para fiscalizar uma empresa respeitada, séria, de um grupo, como é o grupo Mufatão, de Cascavel, para lá o governo mandasse homens fortemente armados e toda a imprensa como que se quisesse

desmoralizar aquela empresa, que tanto benefício tem oferecido ao Paraná.

O Senhor Pedro Mufato, respondendo a pergunta à imprensa, no dia da repressão disse: "Olha, a vontade que me dá é de cerrar as portas das nossas empresas".

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor Presidente?

(Assentimento)

Nós liberamos o horário do PMDB, para que o Deputado Nereu Moura possa prosseguir o seu pronunciamento.

O SR. NEREU MOURA

A repercussão do fato foi extremamente desairoso.

O Paraná inteiro acompanhou, através da imprensa, aquela atitude violenta, dantesca e truculenta onde a polícia e os fiscais fecharam as lojas do supermercado Mufatão não há estímulo, incentivo para que o nosso empresariado possa superar as dificuldades e se isso não bastasse, o governo age de forma mais vil e estúpida, contra pessoas que com muito trabalho, tentam dar prosseguimento na vida, gerando empregos e desenvolvimento.

O que se deseja é que se o governo não pode ajudar através de ações e atitudes o fortalecimento da empresa indústria, também não prejudique, não crie obstáculos, permitindo que por sua própria força e determinação, sobreviva aos percalços e sobresaltos impostos diariamente pela conjuntura econômica.

Por isso, Senhor Presidente, eu não poderia ficar calado e não venho aqui na condição de companheiro político do Senhor Pedro Mufato, com quem relacio de amizade tenho, uma vez que não faco política com intensidade em Cascavel e sim nos arredores do município.

Venho aqui na qualidade de paranaense, na defesa de uma empresa paranaense, que vi crescer, se expandir, gerar empregos e desenvolvimento, acreditando na potencialidade do Paraná.

Ação da Receita Estadual nos deixa preocupados, porque se for desenvolvido o mesmo tipo de atitude com outras empresas, não sei a que ponto chegaremos.

Concedo o Aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Nereu Moura, quero dizer a Vossa Excelência que conheço o Grupo Mufatão - não faz parte da minha região, mas conheço a sua tradição.

Mas acho que Vossa Excelência deve ter um pouco de cuidado, quando faz essa manifestação.

Essa ação que foi feita de fiscalização do Grupo Mufatão, não foi só no Grupo Mufato. Foi em trinta e dois supermercados do Estado do Paraná. E, digo a Vossa Excelência que inclusive no supermercado de União da Vitória, do prefeito de União da Vitória. Inicialmente não foi uma ação da fiscalização do Estado. Foi uma ação do Ministério Público. Foi uma ação do Ministério Público onde através de autorização o Ministério Público gravou fitas, onde comprovam irregularidades e sonegação nos computadores que faziam o caixa 2.

Então, Deputado Nereu Moura, nós temos que ir com um pouquinho de cuidado, porque isso foi uma ação da Justiça, ela determinou que se grampeasse os telefones, há uma rede de sonegação em cima desses supermercados e não é só em cima do Mufatão, é uma Rede de Supermercados do Paraná, inclusive da minha região e que envolve outros Estados. A medida e a ação feita pelo Ministério Público, claro que em conjunto com a Coordenação da Receita do Estado, foi mediante comprovações de sonegações, de adulterações de computadores para fazer o caixa 2.

É uma questão muito mais grave, do que simplesmente a Fiscalização com escopeta, com algo que venha denegrir a imagem da Receita.

Eu tenho com a Receita do Estado, uma preocupação muito grande, porque acho que a Receita do Estado deixa a desejar, porque hoje a arrecadação do Estado do Paraná, ela é igual a de Santa Catarina. E acho que isso é uma falha, sem sombra de dúvida, da Receita do Estado. Sabemos cá entre nós, os problemas que enfrenta hoje o Secretário da Fazenda com os fiscais e com a Receita do Estado.

Mas é importante que se diga nesse momento, que a ação na última quinta-feira e sexta-feira, em cima dos supermercados, foi baseado em cima de uma ação do Ministério Público, onde o Ministério Público determinou, para comprovar as irregularidades, gravações de fitas, onde comprova as irregularidades que existiam adulteração nos computadores, onde se sonegava Impostos do Estado do Paraná.

Então é uma ação em conjunto com o Ministério Público, não é simplesmente uma vontade da Receita do Estado. Acho que a Receita do Estado tem obrigação sim, de cobrar Impostos, de fiscalizar e de agir. E, essa ação não foi apenas em cima desse Grupo de Supermercados Mufatão. Foi em todo o Estado do Paraná. Que se fique claro, para que as pessoas não entendam que foi uma ação de discriminação em cima de um Grupo. Foi sim uma ação em todo o Estado do Paraná, em conjunto com o Ministério Público.

O SR. NEREU MOURA

Agradeço o aparte, muito embora não concorde com ele.

O que precisamos foi apenas na Rede Mufatão, que houve esse aparato policial, um aparato gigantesco.

Agora, como disse ao Deputado Valdir Rossoni, não somos contra a fiscalização, pelo contrário, inclusive o próprio Presidente do Grupo Mufatão, Senhor Pedro Mufato, disse que acha que a fiscalização é necessária e pertinente.

O que não concordamos e não admitimos que nenhum homem sério nesse país concorda são com os métodos, a metodologia violenta, cruel e perversa.

Jogando na terra, na lama a imagem de pessoas que levaram a vida inteira para construir o seu conceito, a sua dignidade, como é o caso do Grupo Mufatão.

Quando se chama a imprensa para dar cobertura a uma fiscalização, que deveria ser rotineira o que se pretende?

Quando a imprensa registra policiais fortemente armados, fechando as portas das nove lojas do Grupo Mufatão onde que se chegar?

Desmoralizar os proprietários. Jogar por terra todo o conceito adquirido ao longo da vida. Construído palmo a palmo com muita luta, dificuldade e esmero.

Queremos deixar aqui o nosso protesto, que não é só nosso queria dizer também que a Associação Industrial de Cascavel, ACIC, a Federação das micro e pequenas empresas do Paraná, a Federação das Câmaras dos Diretores Lojistas, a Associação dos Supermercados do Paraná, todos estão preparando uma carta de repúdio a ser encaminhada ao governador Jaime Lerner demonstrando a insatisfação pela forma como a Receita Estadual se comportou nesse episódio.

Concedo um aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

#### **O Sr. Orlando Pessuti**

Queremos concordar com Vossa Excelência na essência principal do seu discurso, que não é contra a realização das fiscalizações, mas a maneira como se procede, num caso específico como esse do Pedro Mufato. Pedro Mufato que foi por essa Assembleia Legislativa considerado Cidadão Honorário do Estado do Paraná. E que teve aqui o apoio, não só da Assembleia Legislativa ao votar o projeto, mas também do Governador do Estado e do Poder Judiciário que assinaram o seu diploma de cidadão honorário do Estado do Paraná.

A maneira como se procede ao exercer o direito legítimo de fiscalizar uma empresa, é que causou indignação a toda uma região e isso está

bem explícito na postura que se coloca a Associação Comercial e Industrial de Cascavel.

Fiscalizar é necessário, todos queremos para que o Paraná possa arrecadar mais e através de uma arrecadação maior atender todas as reivindicações hoje pendentes perante o Governo do Estado. De pagamento de convênios, de obras e principalmente também as reivindicações salariais que faz todo o conjunto dos Servidores Públicos do Estado. Um exemplo que tivemos aqui na quinta-feira passada através dos professores e funcionários da educação que reivindica o plano de cargos, carreiras e salários.

Não podemos admitir que se proceda da forma como se procedeu nesse caso específico do Pedro Mufato e como bem diz o Deputado Valdir Rossoni, que se procedeu com outros tantos contribuintes paranaenses.

Nós já há algum tempo estamos aguardando a vinda a esta Casa, em época a ser ajustada junto a Presidência e Liderança do Governo, do Secretário Giovani Gionédis. Isso é mais um motivo para ele vir aqui. Nós que há mais de sessenta dias estamos aguardando informações mais detalhadas na aplicação do Orçamento do Estado, publicado de forma de balancete relativo ao exercício de 1998. Estamos aguardando informações, já solicitadas pelo Deputado Ângelo Vanhoni e outros Deputados, com relação a venda do Del Paraná, do BANESTADO. Nós que aguardamos informações da venda da COPEL nos somamos a Vossa Excelência nesse momento em que condena a forma como se procedeu a fiscalização, para dizer que gostaríamos que o Secretário Giovani Gionédis aqui viesse para explicar a esse respeito e a respeito de todas as dúvidas e informações que estamos buscando junto ao Poder Executivo.

Muito obrigado!

O SR. NEREU MOURA

Quero aqui no mesmo tom do Deputado Orlando Pessuti dizer, reinterar que nós não somos contra a fiscalização. Apenas, temos reparos a fazer à metodologia, a maneira como se procedeu no caso de Cascavel, buscando jogar na lama a honra de pessoas como o Mufato e de toda a sua família e tantos outros que ajudaram a construir o progresso do Paraná. Concedo novamente um aparte ao Líder do Governador Jaime Lerner, Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Eu, de forma nenhuma quero entrar na questão moral, das pessoas e fazer aqui julgamentos, mas a ação, quando a ação é feita pelo Ministério em conjunto, com o Ministério Público, é uma demonstração que jamais o Ministério Público

ia aceitar excessos naquele momento. Mas, se fosse uma ação sozinha da Receita do Estado, até concordaria com Vossa Excelência. Digo mais, esta ação foi feita em conjunto em todo o Estado, em 32 supermercados, e houve um fato que é importante que se diga: Foi fechada uma empresa em Dois Vizinhos, uma empresa responsável pela produção de "software" que desligava a rede de computadores, ficando apenas alguns ligados. Rede de Mufato é de 32 supermercados do Paraná.

Quero dizer a Vossa Excelência e ao Deputado Pessuti, que a pessoa que foi agraciada com o Título de Cidadão Honorário do Paraná ou Benemérito do Paraná, não dá o direito a nenhum cidadão, seja ele se já foi Governador, Deputado ou Presidente da República, não dá a ele o direito de usar esses métodos.

Por isso, pelo respeito que eu tenho a Vossa Excelência, pelo respeito que tenho a família Mufato, gostaria de pedir a Vossa Excelência que nós fôssemos um pouquinho devagar nesta questão, porque parece-me que o Santo é de barro e pode quebrar.

Então estou colocando estas questões, para que não nos aprofundamos por enquanto nesta questão, tenho certeza absoluta que nas próximas horas o Secretário da Fazenda e o Ministério Público trará as informações, porque são baseados em cima de provas reais. O Ministério Público determinou que se gravasse os telefones, e comprovou as irregularidades, à formação do Caixa-2. É algo muito grave que está acontecendo e, talvez, tenhamos que andar cassando Títulos de Cidadãos Honorários pelo Paraná, porque não dá o direito a ninguém cometer esta irregularidade.

Tomara e torço aqui, para que esta família e este cidadão pelo nome que tem e pelo respeito que tem da população paranaense não esteja envolvido. Mas, até o presente momento está comprovado que o supermercado Mufatão e outros supermercados do Paraná, faziam parte dessa rede de sonegação, que compravam esses "softwares", dessa empresa de Dois Vizinhos, que achavam uma maneira de esconder o produto vendido e sonegar os impostos. É algo gravíssimo, e fazer a defesa neste momento é um pouquinho temeroso e acredito que nós temos que aguardar alguns dias até que venha à tona, e que venha o Ministério Público e que o Próprio Secretário da Fazenda para fazer estes esclarecimentos. Porque nem que fosse o Presidente da República, ele não tem o direito de praticar estes ilícitos que estão sendo cometidos por vários supermercados do Paraná.

Agradeço o aparte, espero que isto aqui esclareça, e que Vossa Excelência tome conhecimento de toda esta situação e conheça o outro lado, se não quiser se dirigir ao Secretário da Fazenda, se

dirija ao Ministério Público para que ele possa prestar os esclarecimentos.

O SR. NEREU MOURA

Concordo com Vossa Excelência de que nós não devemos dar atestado de idoneidade para quem não mereça. Todavia, com relação ao Ministério Público, sei que existia uma ação do Ministério Público, com relação a empresa de Dois Vizinhos, jamais, havia pelo que eu sei qualquer ação com relação aos supermercados em questão.

Agora, nós não podemos partir do pressuposto de que alguém é culpado em função de ser suspeito. O que o governo quer é chamar de desonestos todos os empresários no momento em que chamou a imprensa para dar grande repercussão ao fato. O governo do Estado disse: "Estes empresários são desonestos..." Carimbou na testa ao dar repercussão numa fiscalização que deveria ser de rotina, o governo chamou a imprensa do Paraná para registrar dizendo: "Este mercadista ou aquele outro, tratam-se de pessoas que estão sob suspeita. e por isso mesmo nós, estamos condenado-os". E isso é terrível, é injusto e jamais poderia acontecer. Que se cumpra a lei, agindo com respeito e transparência. Era isso que se tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Acho que não me fiz entender ao Deputado Nereu Moura. Não podemos prejudicar. A ação do Ministério Público foi baseada em cima de provas. Não tem mais o que discutir. É sonegação clara e evidente e Vossa Excelência infelizmente vai ter dificuldades, daqui para a frente em fazer essa defesa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência ouviu com muita atenção e toma liberdade de dar a sua modesta opinião a esse respeito. O assunto realmente é exatamente sério e nem caberia a nós aqui, neste instante, não seria de bom tom, nós entramos nas minúcias desse caso. É realmente um caso de política. Não devemos julgar quem quer que seja. No momento em que o Estado busca arrecadar e toma conhecimento dos fatos que tomou, na adulteração de máquinas que não registraram valores acima de quatro mil reais. Portanto, uma formação muito perigosa em todo o Estado, com denúncias comprovadas pelo Ministério Público. Não deveríamos nos adiantar em defender quem quer que seja e esperar que o Ministério Público se pronuncie efetivamente, que a Secretaria da Fazenda se pronuncie oficialmente, porque o assunto é exatamente grave, muito sério. Dizer das condições de reputação ilibada da família Ruffato, ele, cidadão honorário e benemérito do Paraná, é

dizer a verdade, mas o assunto é muito grave para que nós prejudiquemos a quem quer que seja, sejam comerciantes investigados, seja o Ministério Público ou a Secretaria da Fazenda. A imprensa cumpre realmente o seu papel de, uma vez que vê a denúncia e convocada para acompanhar, ela tem o dever de fazê-lo, aliás, o Ministério Público tem sido pródigo nessas atitudes e para nós aqui, para que não tomemos partido ainda, acho que seria de bom alvitre, esperarmos para conhecermos melhor a situação, para depois nos pronunciarmos.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

O meu discurso na tribuna não foi para contestar. A minha veemência foi no sentido da maneira como se procedeu a...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vossa Excelência está entrando num terreno perigoso e que pode prejudicar a quem Vossa Excelência quer defender.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Então queria deixar claro aqui que a nossa posição é contrário à maneira truculenta da fiscalização da Receita e não à fiscalização da receita propriamente dita.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, o Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor Presidente, Srs. Deputados. Na tarde de hoje vamos fazer a apresentação do relatório da Comissão Especial que esteve na Região Noroeste, vistoriando sete propriedades rurais e nesse momento, vamos distribuir aos líderes de cada Partido com assento nesta Casa, uma cópia do caderno com toda a documentação levantada naquela região noroeste para que todos possam acompanhar, ler e analisar os dados oficiais. Falo dados oficiais porque vieram para que todos possam acompanhar, ler e analisar os dados oficiais. Falo em dados oficiais porque veio todos os boletins de ocorrência que foram registradas na polícia e, automaticamente, depoimento de proprietários e as ações que nós pessoalmente vimos em cada uma daquelas propriedades.

(Lê):

"1 - A vistoria "in loco" das propriedades desocupadas em cumprimento a determinações judiciais de reintegração de posse e o exame das peças documentais arroladas neste relatório trazem a confirmação de que ocorreram danos a essas propriedades, em escala ampla e generalizada, na Região Noroeste do Estado do Paraná.

Como preliminar, cumpre assinalar que reconhecemos as dificuldades que afligem o setor rural brasileiro, afetado por quantos planos de estabilização que economistas governamentais conceberam nas últimas décadas. Essa instabilidade geral desestruturou a atividade agropecuária em geral, colhendo no contrapé sobretudo as pequenas explorações de natureza familiar, cujos proprietários, arrendatários e parceiros em muitos casos foram forçados a se desfazer de seus lotes, para vagar pelas estradas ou se abrigar precariamente na periferia das cidades.

Sabemos que não obstante o tempo decorrido, tais agricultores de origem alimentam o sonho de voltar ao campo para produzir alimentos e criar a família com dignidade. Por isso, ao lado de pleitearmos a imediata revisão da política agrícola nacional, todos defendemos o aproveitamento econômico e social do vasto território que herdamos dos antepassados desbravadores que enfrentam os perigos do sertão e plantaram em vilas, fazendas e sítios as sementes do progresso à custa de trabalho, sacrifícios e renúncias às amenidades da civilização.

A saga de ligação do homem com a terra continua nas áreas ainda pouco habitadas do país. No Paraná, onde o ciclo de povoamento já se completou, ela se manifesta pelo adensamento das explorações, introdução de técnicas mais eficientes, integração da cadeia produtiva com a agroindústria tudo sob o enfoque de conservação sustentada da natureza.

2 - Não obstante, identificadas áreas remanescentes de terras devolutas ainda existentes e passíveis de ser colocadas em produção ou glebas eventualmente improdutivas ou mediante aquisição por mecanismos de mercado ou solução social tais lotes podem e devem ser discriminados para assentamento criterioso de pessoas de comprovada tradição agrícola, oriunda das regiões onde se localizam as propriedades, selecionadas após cadastramento feito com a participação das autoridades interessadas enfim, uma reforma agrária regionalizada.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

A Mesa solicita a Vossa Excelência que por gentileza deixem a Mesa Executiva para os membros da Executiva e os nossos visitantes, evidentemente. Mas os Deputados, por gentileza, queiram ocupar seus lugares. Nós ouvimos dois pronunciamentos extremamente importantes e não pude escutar e acho que nenhum dos senhores também.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)**

Na realidade o apelo que Vossa Excelência faz, elegante, mas é preciso dizer um pouquinho mais claro, que os Deputados que estão atrás da

Mesa Executiva que se dirijam a seus assentos e deixem a Plenária fluir harmonicamente, escutando o orador que faz uso da palavra.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)**

Quero registrar a presença do Deputado Federal José Janene e do Deputado Federal Dr. Rosinha, e dizer ao Deputado Rosinha que estamos com saudades e do ex-Deputado João Iensen.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Continua com a palavra o Deputado Plauto Miró.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

“Para viabilizar tal esforço, propomos que a sociedade organizada se cotize - junto com os proprietários rurais do Paraná - para compor fundos de financiamento da terra, ao tempo em que reclame da União fundos fundiários para sustentar via Banco da Terra, a condução de projetos localizados de assentamento - a exemplo do projeto pioneiro em implantação no Município de Iretama, no Centro-Noroeste paranaense; onde se uniram a União via INCRA, o Governo Estadual e a Prefeitura, para assentar 40 famílias locais.

O que não se aceita é a invasão de propriedades declaradas produtivas pelo INCRA por parte de grupos que se dizem integrantes de um movimento de reivindicantes da terra, cuja personalidade jurídica não foi possível determinar.

As fotos e os números constantes deste relatório expressam, por si próprios, os danos provocados, sendo desnecessário nos estendermos; bastando alguns registros exemplificadores. Entre eles o desvio de gado se mostrou generalizado por parte dos elementos que executaram as invasões. Assim, em uma só das propriedades desocupadas - conforme documentos deste relatório - foram desviadas 251 cabeças de gado bovino. Em outra propriedade os prejuízos somados sobem, aproximadamente, segundo depoimento do proprietário, a R\$1 milhão (um milhão de reais), representados por perdas diretas de mobiliário, equipamento e gado, lucros cessantes pela impossibilidade de produção oportuna, taxa de pedágio para o proprietário ser autorizado a proceder à sua própria colheita e assim por diante.

As perdas sistemáticas, revelam a necessidade de apuração por parte das autoridades e sua reparação adequada na órbita civil.

Nessa região vistoriada pela Comissão, documentamos danos injustificáveis aos estabelecimentos rurais em si, mas também às instalações e mobiliários das próprias sedes e residências de agregados e trabalhadores. Porque nada justifica a depredação de cozinhas, banheiros, salas de jantar e

outras dependências das casas rurais, bem como a destruição de motores de máquinas, tratores e caminhões - a não ser o vandalismo mais doentio que não pode continuar à solta.

A Comissão constatou ainda que os invasores não aproveitaram mais de um por cento das glebas ocupadas, interessando-se menos pelo cultivo dos trechos agricultáveis e mostrando mais empenho em consumir gado, os mantimentos e demais bens encontrados nas propriedades. Isso vem de encontro à versão de que trata de agricultores que demandam para plantio; restando evidenciado, pelo menos no que tange ao Noroeste paranaense, que os bandos ali instalados estavam mais voltados para a estadia na terra do que para a lavragem dos solos - atividade que todos sabemos trabalhosa e lenta em resultados.

Tais situações verificadas na Região Noroeste são estendidas para outras áreas do Paraná, segundo registros disponíveis perante esta Comissão. Assim, na área vizinha do Norte novo acaba de ser denunciada à polícia a morte de um trabalhador que fazia parte do bloco invasor e acabou executado por discordar dos chefes do movimento - segundo denúncia formulada pelo filho da vítima às autoridades; no Oeste paranaense, ocorreram depredações de instalações e moradias, destruição de cercas, roubo de gado e maquinário, num comportamento absolutamente reprovável por parte dos invasores filiados ao mesmo movimento aqui denunciado.

Tal padrão de vandalismo explícito se observa em outras regiões do Brasil: no interior de São Paulo, onde foi depredada uma fazenda em Itararé (área de plantio de feijão); no Pará, com ocorrência de bloqueio de uma propriedade e seqüestro de empregados; no Recife, onde acaba de ser invadida a sede regional do INCRA, sendo colocadas correntes e cadeados nos portões daquela repartição pública, impedindo o acesso de servidores.

Registramos tais acontecimentos para não pairar dúvidas que o movimento que hoje recorre ao Ministério Público pratica dois pesos e duas medidas, cumprindo que as autoridades e a imprensa adotem uma posição de rigorosa cautela em acolher essas denúncias daquele grupo, as mais das vezes interesseiras e que não resistem à verdade ou ao mais elementar bom senso.

Outro aspecto apurados é que no Noroeste do Paraná, muitos dos reivindicantes não haviam trabalhado antes na terra, possuindo hábitos culturais urbanos; e foram arrebanhados por lideranças, estas sim beneficiárias dessa movimentação por se apropriarem das melhores viaturas, créditos a cestas alimentares encaminhadas pela generosidade das populações e governos.

O Paraná tem sido um Estado de paz na cidade e no campo. Graças ao espírito laborioso de sua gente e à qualidade de seus governantes, felizmente está tomando medidas para encaminhar a questão agrária.

Entre eles destacamos a aprovação da Lei Estadual nº 12.116/98 - chamada Lei Anibal Khury - que dispõe sobre a participação de técnicos de órgãos estaduais e municipais nas vistorias de identificação de áreas, além de retornar à prática de identificação prévia de áreas aproveitáveis no território estadual; e a assinatura de convênio com o Governo Federal para a efetiva regionalização da reforma agrária.

Tais ações, se forem completadas com a reestruturação do órgão de terras estadual, permitirão encaminhar a questão para uma solução compatível com o "ethos" ordeiro e pacífico dos brasileiros que aqui vivem.

Dentro ainda, desse raciocínio, destacamos a forma ordenada com que as autoridades estaduais cumpriram as determinações judiciais de reintegração de posse, de modo a evitar, no cumprimento do estrito dever legal, a ocorrência de danos e lesões a pessoas; situação sempre possível em tais ocorrências que envolvem centenas de protagonistas.

Estimando que esta Assembléia Legislativa, atuando dentro de sua vocação pluralista como câmara de ressonância da opinião e de arbitramento das questões importantes para nosso povo examine este relatório como nossa contribuição para superar impasses, saudamos em nossos pares os representantes do povo paranaense - dedicado a construir um futuro de mais harmonia e paz social, no marco do respeito às leis livremente consentidas de nosso Estado de Direito democrático.

Curitiba, em 08.06.99.

(aa) Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Deputado HERMAS BRANDÃO

Deputado MILTON PUPPIO

Deputado LUIZ ACCORSI

Deputado DIVANIR BRAZ PALMA

Deputado LUIZ FERNANDES LITRO

Deputado EDNO GUIMARÃES

Deputado ANTONIO ANNIBELLI"

**(Utiliza o Horário do PFL)**

Senhor Presidente, quero pedir mais: que o senhor coloque em votação este parecer final desta Comissão, porque é de suma importância para esta Casa e também para o povo do Paraná saber um dado oficial que está sendo apresentado a todos eles.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.  
PT.

Com a palavra Deputado Péricles Mello.

#### O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Subo nesta tribuna na tarde de hoje para manifestar a posição do Partido dos Trabalhadores sobre o Parecer da Comissão que acabou de ser lido pelo Deputado Plauto Miró Guimarães.

Queria dizer ao Deputado Plauto que, se porventura as depredações a que ele alude: os problemas com tratores, e outros problemas que porventura tenham acontecido nas propriedades rurais, se foi o movimento sem-terra que fez, condenamos e criticamos atitudes como esta. Agora, acho que não temos o direito, em nome da mínima imparcialidade dessa Assembléia, de julgar e condenar alguém sem lhe dar o mínimo direito de defesa. Essa Comissão, para ter um relatório imparcial, teria que ter ouvido os Vereadores de Querência do Norte, o Prefeito, as Lideranças de assentamentos de trabalhadores rurais que lá existem naquela cidade, lideranças do MST, para que ela pudesse ter a mínima isenção para julgar; sem contar que na grande maioria dos Deputados que participam da Comissão - com todo respeito - são Deputados que têm uma ideologia, um comprometimento contra a reforma agrária e contra o movimento sem terra, uma vinculação muito estreita, ideológica, e até concreta.

O Deputado Plauto é fazendeiro - grande fazendeiro - grande proprietário rural, ideologicamente, até pela sua existência concreta e contra o conteúdo da classe social é evidente que o Deputado é contra a reforma agrária, pode até dizer que é a favor, mas suas atitudes não demonstram isso.

Então, em função de tudo isso, essa Comissão não teve a isenção necessária para que essa Assembléia possa votar o relatório dessa Comissão. O que vamos fazer, é ler com detalhes esse relatório e ouvir as outras partes, acho que a Comissão de Terras pode fazer muito bem isso.

E a nossa posição foi clara quando se constituiu essa Comissão nesta Casa, de que já existia a Comissão de Terras e Cartografia, Comissão Permanente que teria todas as condições de mediar este conflito, que não interessa a nós, pelo menos, talvez interesse aos grandes proprietários rurais, a nós não interessa o conflito, o que queremos é uma reforma agrária e lutamos por ela. E temos feito isso, mediado o conflito entre as partes ao longo do nosso primeiro mandato, e nesse mandato também.

Então, Senhor Presidente, faço um apelo aos Senhores Deputados para que não votemos este Parecer, em último caso, se a maioria entender que deve ser votado, convido aos Deputados que têm

mais isenção, que realmente a favor da reforma agrária, que votem contra este Parecer.

Agora, acho que o mínimo de bom senso nos leva a rejeitar o absurdo de certos preconceitos que são utilizados nesta Casa em discursos ideológicos que entram em contradição completa da realidade brasileira.

Primeiro, Senhor Presidente e Senhores Deputados, vivemos num dos Países que teve um desprocesso de urbanização mais violentos e rápidos da humanidade, se formos em qualquer cidade desse País, uma enorme percentagem de seus habitantes vieram do meio rural, e foram, num passado não muito longínquo, trabalhadores rurais. Nesse País é uma atitude absurda, para não dizer desrespeitosa aos direitos fundamentais do ser humano, viver dizendo por aí que as pessoas que compõem o movimento a favor da reforma agrária não têm tradição agrícola.

É muito interessante como a ideologia trabalha. O detentor do capital pode ter as mãos como uma luva, ele tem tradição porque ele tem capital, pode ser capital bancário, pode ser capital industrial, tem todo direito, segundo ideologia dominante, de investir e de transformar em capital fundiário. Além de se usar o preconceito contra o trabalhador, não se pode admitir que alguém que viva na cidade possa retornar a trabalhar na agricultura, por um simples motivo: não existe mais emprego nas cidades e as pessoas estão morrendo de fome, literalmente, e sem direito a trabalho.

O Brasil tem oito milhões e quinhentos Km<sup>2</sup> de terra - não é possível aceitar num País desse tamanho, que tem trezentos milhões de hectares de terras improdutivas, as pessoas tenham que ser tratadas como marginais, porque a única coisa que querem é um pedacinho de terra para viver e trabalhar com os seus filhos. Não. Não podemos aceitar esse argumento.

Outro argumento que não aceitamos: pode ser que aconteça quem lida com gente que sofre, luta, tudo pode acontecer, alguma coisa pode acontecer. Em Castro aconteceu uma briga entre trabalhadores rurais, há alguns anos atrás, havendo uma morte. Mas isso é uma exceção. O que acontece na grande quase totalidade é que jagunços a mando do grande latifúndio assassinam - trabalhadores rurais pagam advogados. Está aí o assassinato do Chico Mendes - grande figura da história do Brasil. Não podemos aceitar que se tente criminalizar dessa forma doentia, eu diria, ideologicamente aqueles que lutam por um pedaço de chão, para viverem com um mínimo de dignidade.

Vivemos em País, Senhor Presidente, que apesar de ser muito maior que a Argentina e ter cinco vezes mais a sua população, tenha uma safra anual de oitenta milhões de toneladas de grãos, enquanto

que a Argentina produz sessenta e poucos milhões, por ano. Por que acontece isso? Porque a maioria de nossas terras são improdutivas e a reforma não acontece. Todos se dizem serem favoráveis à reforma agrária. Por que ela não sai senão houver luta, pressão para sensibilizar as autoridades?

Temos uma posição de autonomia, defendemos a reforma agrária quando temos que criticar pela forma equivocada de autonomia e temos autoridade moral para defender a reforma agrária, de certas ações necessárias do movimento, para que ela possa vir a acontecer no Brasil.

Na análise que fizemos da Comissão de Terras, com a participação de várias lideranças do Brasil: do Ouvidor Agrário Nacional, representante da CNBB, da OAB, da Associação dos Magistrados da Promotoria Pública, da FAEP, representante dos agricultores, proprietários rurais, da FETAEP, com o próprio INCRA, com seu representante, indicado pelo governo do Estado, das mais de 106 ocupações que existem no Paraná, apenas seis são áreas produtivas, quase na totalidade são improdutivas.

Recebemos mais uma notícia: o governo Federal estaria liberando mais de cem milhões de títulos de dívida agrária, para fazer reforma agrária. E, queremos ouvir da Bancada Ruralista, se eles concordam na desapropriação de terras improdutivas, através de títulos de dívida agrária. Gostara de saber da posição desses Deputados que fazem esse documento completamente imparcial.

Por isso, não podemos aceitar de forma alguma que essa comissão seja votada e, se assim o for por vontade da maioria, manifestamos nosso voto contrário.

Concedo um aparte ao Deputado Irineu Colombo.

### **O Sr. Irineu Colombo**

Deputado Péricles, infelizmente até agora não tive acesso ao relatório - tomara que seja motivo de amplo debate nessa Assembleia a sua votação. As fazendas ocupadas são no número de quarenta. A primeira pergunta que faço à comissão é se visitaram as quarenta fazendas. E se todas as fotografias e dimensões que fazem, se faz com base na estatística das quarenta fazendas.

Outro questionamento: no preâmbulo anunciado pelo Deputado Plauto, ele fala que as pessoas que levaram o progresso - é sabidamente a região mais pobre do Paraná, em Querência do Norte. Então, não condiz com os dados estatísticos, da realidade. A segunda afirmação naquele preâmbulo, na fala do Deputado Plauto, é que ele sugere no relatório várias ações, em conformidade com a realidade constatada. Gostaria de saber se no relato, além de ouvir as partes, visitar as fazendas, que outrora absolutamente improdutivas em Querência do

Norte, que hoje abrigam escolas, postos de saúde, tem uma ex-aluna minha lá de Medianeira, que é uma das enfermeiras num posto de saúde, numa das fazendas que só existia matagal, que é motivo de orgulho a produção de milho, que viabilizou a Cooperativa de Querência do Norte. Visitaram e fotografaram toda essa região produtiva, que antes era capim. Se também constaram no relatório que das quarenta fazendas - ocupadas, algumas delas nem mandado de reintegração existiam e 32 delas já assinado pelo Diretor Superintendente do INCRA no Paraná, são consideradas improdutivas. E se alguns dos relatórios entram nas áreas improdutivas. Se no relatório faz também uma ressalva de que a observação se dá apenas de um lado, porque a imprensa foi absolutamente impedida de participar do ato desapropriatório, nem fotografias existe, apenas filmagem da própria polícia militar, que pode ser requisitada por essa Comissão, pela Assembleia para verificação. Se não há demonstração pública da transparência por parte do Governador Jaime Lerner. As informações absolutamente ela é imparcial e a destruição inclusive do trator por exemplo, pode ter sido feita quando ele municiaava a permissão, durante o processo de desocupação. Não existe ninguém que pode afirmar o contrário. Então são vários os questionamentos que queremos levantar com relação a esse relatório. Faço esse questionamento a priori, veja bem! Dentro da falação do Deputado, e a proposta de regularizar a Reforma Agrária. Onde tem muita gente tem pouca terra. A Comissão investigou onde estão as crianças que saíram daquela desapropriação, as mães, onde estão essas mães, onde estão aqueles cidadãos paranaenses, se estão passando fome, se estão passando frio, onde a comissão identificou tantos seres humanos desgraçadamente pobres que foram para lá conquistar um pedaço de terra, e o governo até hoje não deu atenção. Onde estão essa gente, em nome inclusive aquilo que é a referência a nossa Bíblia Sagrada, como parâmetro da nossa vida Parlamentar.

### **O Sr. Nereu Moura**

Deputado Péricles, Vossa Excelência aborda esse assunto novamente que é um assunto que hoje consome preocupação de pessoas que querem que o Paraná e o Brasil vá em frente. É um problema social grave que é a questão agrária. e um barril de pólvora que a qualquer momento pode explodir. Por isso que acho que a Assembleia Legislativa não pode assumir. Ela tem que agir como mediadora na busca de uma solução. E jamais jogando gasolina na fogueira para ver o circo pegar fogo. Esse não é o papel desse Poder. Esse Poder tem que ter o papel de tornar mediador do magistrado, objetivando encontrar soluções, buscando oferecer ajuda no sen-



tido de que as soluções possam apontar para a minimização desse problema. Por isso que Vossa Excelência tem toda razão, de fazer as suas ponderações e que acabaram também, o Deputado Irineu Colombo se assomar à sua preocupação que é a nossa preocupação, que a Assembléia Legislativa do Paraná se comportar facciosamente, querendo fazer com que o problema ao invés de diminuir se avolume e que fuja inteiramente do controle das autoridades e do nosso controle que é a questão da Reforma Agrária.

#### **O Sr. Ângelo Vanhoni**

O aparte que lhe peço só para dizer que, no ano de 1995 fizemos uma Comissão Especial. Para investigar e apurar algumas irregularidades ocorridas lá em Querência do Norte, na Cidade de Santa Isabel do Ivaí. Naquela oportunidade conversamos com a família dos sem-terra. Visitamos os sem-terra que estavam no hospital. Visitamos os sem-terra que estavam presos. Conversamos com o Delegado de Paranaíba, de Loanda. Conversamos com o Comandante da Polícia Militar. Conversamos com todas as partes envolvidas no conflito. Todas as constatações que fizemos foi uma violência enorme. Não precisou de muita comprovação. O próprio Secretário Cândido Martins de Oliveira, num programa de rádio e de televisão no dia seguinte, disse para todo o Brasil que tinha mandado a Polícia Militar não atirar para matar, apenas até o joelhos.

Na realidade, naquele documento que produzimos, depois de quase quarenta dias de discussão, trazendo as testemunhas. Teve debate. Trouxemos vários integrantes do conflito. Aquele relatório não foi parcial. Foi imparcial da Comissão Especial dos Deputados.

#### **O Sr. Hermes Fonseca**

Deputado Péricles Mello, não precisa ficar preocupado com esse relatório, porque a maioria dos Deputados que assinou esse relatório, também assinou o pedido de CPI da SERCONTEL e depois retiraram a assinatura. Vamos esperar, pois é possível que eles retirem a assinatura também e esse relatório não vá para frente.

Muito obrigado.

#### **O SR. PÉRICLES MELLO**

Faço um apelo que esse relatório não seja votado por essa Casa.

Somos contrários a essa comissão e julgamos que os Deputados não tiveram insenção para fazer esse relatório, não ouviram a parte contrária, a parte discriminada e portanto somos contra o parecer da Comissão.

Muito obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Ainda no Horário das Lideranças, PSB.

**(Declina)**

PTB - com a palavra o Deputado Divanir Braz Palma.

#### **O SR. DIVANIR BRAZ PALMA**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estávamos esperando uma reação adversa da Oposição nessa Casa. Ela poderia ter sido dispensada se caso os Deputados, condizem na tribuna, preocupados com o Movimento dos Sem-Terra não tivessem declinado do convite para participar da comissão, que foi aprovada por essa Casa para fazer uma vistoria imparcial sobre as áreas desocupadas.

Nessa altura temos que mostrar o que lá vimos, o que registramos através de fotos, gravações e filmes e lamentar a ausência desse Deputado. Quando lá fomos mostramos que estamos realmente preocupados com o Movimento da Reforma Agrária do Paraná.

Apesar de sabermos que o problema é sério, é um problema que poderia ter sido resolvido a dois séculos atrás, mas o Paraná apesar de ser um Estado, que foi colonizado por grandes empresas e já tem praticamente uma Reforma Agrária estabelecida, infelizmente é o segundo estado da Nação, em ocupação, só perdendo para o Pará.

Quero trazer alguns dados aos Senhores deputados. Hoje na Folha de São Paulo: -"Fraudes com terras pode somar duzentos milhões de reais. Somamos aqui, Senhor Presidente, Nobres Pares, de todos os Estados da Federação, de 95 à 97, as terras que foram desapropriadas e pagas com títulos de dívida agrária somam um total de quatro milhões e cem mil hectares, e o total de um bilhão e duzentos milhões de TBAs.

Vejam os senhores que desses valores pagos em torno de duzentos milhões, são superfaturados. Isto porque terras que não servem para se fazer Reforma Agrária, terras que nelas não nascem nada, terras superfaturadas. Tem caso aqui, de Tocantins, com vinte vezes mais que o valor de mercado.

Então, o problema é sério, o Ministério Público está tomando conhecimento, o Presidente do INCRA, Nelson Borges estuda demissões, faz reforma dentro do INCRA e, nós aqui no Paraná já antecipamos. Hoje o INCRA já está sendo cuidado por uma pessoa de respeito e de confiança do Governo e já estadualizamos este movimento.

A minha preocupação, ouvi aí um nobre Deputado dizendo, vou dizer o seu nome aqui, mas infelizmente no calor na preocupação de querer mostrar uma preocupação de Oposição, mostra muitas vezes acusações vazias, como essa de que só Deputado que tem terra se preocupa com Reforma Agrária. Como disse Hermes Fonseca, Deputado

que eu estimo, que pela postura demonstra ser uma pessoa íntegra, dá um depoimento infantil. ao dizer que quem assinou a CPI também assinou esse relatório. Quer dizer, não assinei a CPI, e poderia até ter assinado, mas assinei este relatório.

Então esta misturança acho que gera um desrespeito entre o relacionamento dos Parlamentares, acho que não é por aí.

Também estamos preocupados com a Reforma Agrária no Paraná, por isso que estamos trabalhando. Por isso que temos uma Frente Ruralista, responsável. Fomos à Brasília várias vezes, agimos junto ao Governador Jaime Lerner estamos dando a ele um apoio político para que aumente a sua força perante o governo Federal, TBAs venham para cá, como foi agora, a semana esteve aqui o Ouvidor da Reforma Agrária do Brasil e trouxe mais 53 milhões de TBAs, para nós, Estamos fazendo um trabalho responsável e sério.

Agora, se tem alguns Parlamentares que querem usar de uma posição irresponsável e ficar tecendo adjetivos, qualificativos e sem origem, então é uma pena. Porque aqui estamos para trabalhar sério. Como disse Milton Puppio quem duvidar desse relatório temos avião a disposição para que vá lá nas fazendas aonde fomos, ver o que aconteceu, ver os relatórios dos proprietários, dos funcionários da fazenda, dos capangas, dos capatazes que ficaram lá.

### **O Sr. Plauto Miró Guimarães**

Nobre Deputado Braz Palma, ouço seu pronunciamento coerente equilibrado e ao mesmo tempo que ouço, peço um aparte para poder usar o seu espaço, para poder aqui falar alguma coisa que não me deixaram, porque não me deram o aparte no horário do qual falaram sobre o trabalho da Comissão Especial.

Primeiro este é um relatório que foi apresentado, que foi entregue a cada Líder Partidário, dessa Casa. Relatório oficial, relatório com fotos da propriedade, depoimentos de funcionários, de proprietários, com todos os boletins de ocorrência que durante o período que a área foi invadida, a polícia recebeu dos proprietários as denúncias. Enfim um documento oficial, entregue à Assembléia Legislativa, já foi entregue à imprensa e vai ser encaminhado ao Governo Jaime Lerner, ao Ministério Público, para que saiba realmente o que aconteceu numa área que foi invadida, ao Ministro e ao Presidente do Tribunal de Justiça.

A segunda questão: escuto deputados, representantes do PT, colocando uma posição, falando que a Comissão não tem condições porque é parcial. Primeiro, eles não se fizeram presentes. Há um documento que está fixado no relatório, onde o líder do PT diz que o PT não se fará representar. Eles se

omitiram em ver a realidade e quem foi omissos, não tem direito nem a criticar, nem a levantar questões dizendo o que está certo ou o que está errado. Foi convidado o PT, o Presidente da Assembléia indicou um representante que foi o Deputado Hermes e não se fez presente, para saber a realidade que aconteceu em cada uma das propriedades, onde os proprietários tiveram uma série de perdas, de prejuízos, de onde vimos que menos de 1% da área foi plantada. Ficaram três anos na fazenda e não produziram nada, abateram o gado, uma parte comeram, outra parte ninguém sabe realmente para onde foi. Nós vimos e acompanhamos a destruição em uma das propriedades. Nós tornamos público. Documentos oficiais. Está nas mãos de vocês. O Deputado Pessuti estava lendo. São boletins de ocorrência, número de registro desses boletins. São dados oficiais. A única opinião desta Comissão Especial que lá esteve foi escrever o relatório que foi lido nesta Casa hoje, mas o documento, o relatório que foi lido nesta Casa hoje, mas o documento, o processo, é um documento oficial e quem não acreditar e quem duvidar, está aí o relatório para ler e acompanhar com os dados oficiais. Aqueles que acham que não é verdade, que se desloquem até as propriedades lá para ver exatamente o que aconteceu em cada uma delas. Vão lá, se façam presentes. Principalmente aqueles que estão criticando e que tiveram o direito de se fazer presentes e se omitiram e não quiseram ver a verdade.

Aqui só tem discurso, hoje apresentamos a verdade.

### **O SR. DIVANIR BRAZ PALMA**

Obrigado pelo aparte. Sei que a oposição também quer a reforma agrária. Todos queremos. Precisamos ter consciência da força agrícola do Paraná. São 25% de toda produção do país, produzida neste Estado e que ocupa não mais que 6% do território nacional.

Quando ouvi dizerem que esta não é responsabilidade da Assembléia Legislativa fazer este trabalho, nobre deputado, me desculpe, no meu parco conhecimento sobre o direito do deputado, uma das obrigações nossas, além de legislar, é fiscalizarmos e estamos fazendo isso, fiscalizando e protegendo o Paraná no estado de direito, porque só assim, nós vamos continuar dando condição ao homem da terra a continuar produzindo e só vai produzir se tiver paz, serenidade e proteção da sua família lá na terra, onde ele planta e colhe e faz o seu trabalho, dentro da sua propriedade.

Quero convocar a todos para que aprovemos esse relatório. Pode não ser um relatório perfeito, mas, dentro da sete fazendas que visitamos...

### **O Sr. Irineu Colombo**

Senhor Deputado, solicito um aparte.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Estou concluindo o meu horário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V.Exa. tem trinta segundos para concluir.

O SR. EDNO GUIMARÃES

Nós podemos conceder o Horário da Liderança do PL.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Obrigado.

Gostaria de ouvir o Deputo Irineu Colombo.

**O Sr. Orlando Pessuti**

Me inscrevo para um aparte.

**O Sr. Irineu Colombo**

Só para que possa continuar com a minha linha de raciocínio. Quantos sem-terra, Lideranças do MST, a comissão ouviu?

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

A nossa função foi fazer uma vistoria das áreas que foram devolvidas aos proprietários.

Quando chegamos lá, nobre Deputado, às áreas estavam desocupadas, nós fomos com a Polícia Militar, com o Comando Especial do GOE - Grupo de Operação Especial, designado pelo Comandante de Paranavaí - Tenente Coronel da Silva e nós chegamos lá e as fazendas já estavam sendo reintegradas pelos proprietários. Alguns retornaram depois de dois anos que não entravam na propriedade, estavam começando a refazer, a consertar, a ver se dá condições de trazer seus animais de volta porque não tinha mais cerca, não tinha mais nada lá dentro daquelas propriedades. Então os que foram desocupados não vimos porque não era, também, função da nossa Comissão.

**O Sr. Irineu Colombo**

Deputado, veja bem. O Partido dos Trabalhadores se negou a participar exatamente porque o Requerimento dizia que iam visitar as propriedades desocupadas, algumas propriedades, não todas, que não foi autorizada para acompanhar a desocupação, portanto, estaríamos avalizando um processo que agora vem às claras. Que vocês da Comissão cometeram um ato falho na medida em que faz uma série de sugestões e não ouve a outra parte. No item 4 do relatório diz o seguinte:

“Outro aspecto apurado que no Noroeste do Paraná muitos dos reivindicantes, portanto, sem-terra, não haviam trabalhado antes na terra, pos-

suem dados culturais urbanos que foram arrebanhados...” e assim continua.

Como é que se pode apurar aquilo que não se consultou, aquilo que não se investigou. Quando você não investiga as pessoas, não fala com as pessoas, você pressupõe que as pessoas estão absolutamente inabilitadas. Então o Relatório ele é altamente questionado pelos métodos utilizados. Tenho aqui em mãos o Relatório, todos os dados oficiais, xerox e documentos oficiais. Para que Comissão se foi para fazer uma coletânea de relatos oficiais? E por que a Comissão adotou por procedimento primeiro colocar para Imprensa e depois ser aprovado e discutido aqui na Assembléia?

É a mesma prática que o Governo Jaime Lerner vem adotando na medida em que, de uma forma ilegal, sem o inquérito devido, autorizou a liberação dos grampos pra fazer repercussão social e queimar e criminalizar lideranças do MST para produzir um enfoque na mídia etc. e tal. Vocês com isso já conseguiram os intentos da Comissão, acho que sim. Mas acho que do ponto de vista da seriedade do Parlamento como devem ser conduzidas as coisas, tomar como juízo de valor sem ter base para produzir esse juízo de valor, por exemplo, dizer que o sem-terra não tem tradição agrícola no Paraná, 80% das populações que moram na cidade de alguma forma ou de outra têm relação agrícola, 80%. Fui professor de geografia e estudamos isso muito tempo. Então uma Comissão que só traz dados oficiais da juiza que está sob suspeita e investigação pela CPI do Judiciário, inclusive, acho premeditado, acho que o relatório é altamente questionável e reafirmo aquilo que falei no momento da instalação da Comissão já tinha um fim deflagrado: que era incriminar os sem-terra.

Portanto, acho que este objetivo já conseguiram, mesmo por vias tortas.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Respeito o ponto de vista do Deputado, mas quero adiantar o seguinte: V.Exa. procure ler com mais atenção o Relatório, porque tem aí os depoimentos de pessoas. Inclusive no caso de Amaporã, no caso de Amaporã tinham pessoas que trabalhavam lá como sapateiro, como colocador de vidros, essas pessoas foram trazidas por líderes e ocuparam uma fazenda ao lado da cidade de Amaporã.

**O Sr. Irineu Colombo**

Mas essas pessoas tinham passado agrícola?

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Não, essas pessoas estavam com outra atividade na cidade. Eles saíram da fazenda e depois foram para as suas casas, continuar o trabalho deles. Agora, como eu disse, o Relatório não é perfeito,

mas a intenção nossa foi trazer para a opinião pública a realidade que nós encontramos lá. Se nós tivéssemos encontrado grandes lavouras, grandes hortas plantadas, porque tem família lá que ficaram mais de 2 anos, daria para ter plantado café e já colhido café. Aí sim. Nós não vimos nada, vimos terra calcinada.

Com aparte o Deputado Valdir Rossoni.

#### O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Braz Palma, ouço aqui os apartes quando alguns Parlamentares do PT falam e eles insistem em dizer que o Governo Jaime Lerner faz parte desta Comissão que foi verificar as propriedades no interior do Estado do Paraná.

É importante que se diga de que o Governo Jaime Lerner não tem nada a ver, seria uma vítima fatal pela sua estatura.

E, dizer, por final, a uma outra ironia também aqui dita pelo Deputado Plauto. O Deputado disse da omissão: "Quem se omite não tem direito à crítica" e quero dizer neste Plenário mais uma vez que o PMDB não se omitiu em nenhum momento porque quando a Comissão foi proposta o PMDB criticou, posicionou-se contra a criação desta Comissão Especial até porque naquele momento, hoje o Deputado Edno diz que o Deputado Hermes falta com o respeito ao fazer os comentários que faz, mas, naquele momento nós dizíamos que esta Assembléia, por parte dos seus integrantes, desrespeitava seus colegas participantes da Comissão de Terras, Imigração e Colonização que tem como regimento as atribuições de desenvolver o trabalho que a Comissão Especial fez.

Então, dentro das ironias, dos desrespeitos aqui denunciados, quero fazer este registro: O PMDB nunca se omitiu nesta questão e não se omitirá tenho certeza, porque tenho comigo que esta proposta deverá ser discutida no dia de hoje, deverá tramitar pela estrutura desta Casa e no momento oportuno vir à deliberação e o PMDB não se omitirá. Por isso digo que não tem cabimento a ironia do Deputado Plauto Miró Guimarães.

#### O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Agradeço o aparte e só encerrar gostaria de fazer este apelo: Hoje uma família assentada custa à sociedade brasileira mais de vinte e dois mil reais. Nós, como Deputados, temos que ter esta consciência, esta responsabilidade e temos que tornar factível, realizável, um assentamento que seja rápido com o apoio do Governo do Estado, da EMATER e que seja produtivo também.

Hoje temos aí milhões e milhões de hectares assentados e produtividade zero. É preciso encararmos de frente este problema e a Assembléia está fazendo a sua parte.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência esclarece no que diz respeito à Comissão instalada o seguinte:

Não há que se contestar a idoneidade e a legalidade da Comissão constituída para se verificar os problemas ocorridos em fazendas ocupadas. Lamenta-se, efetivamente, que nem todos os partidos tenham feto se representar nesta Comissão.

Não há também questão nenhuma se de aprovar este relatório ou não.

A Mesa simplesmente recebe o relatório, aliás, um brilhante relatório, muito bem elaborado, muito bem trabalhado, a Presidência recebe, encaminha à Mesa Executiva e, sem dúvida nenhuma, a Comissão juntamente com a Mesa Executiva encaminha o relatório àqueles órgãos de direito, seja Ministério Público, Governo do estado, Ordem dos Advogados, quem quer que seja, mas não é motivo de se apreciar em votação nesta Casa um relatório desta natureza.

#### O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor Presidente, quero cumprimentá-lo pela medida que toma, acho que este Plenário não deve entrar no mérito deste Relatório muito embora seja um Relatório feito por uma Comissão devidamente constituída por esta Casa, mas até faria uma sugestão à Mesa dentro do Artigo 38 que diz: "Ao término dos trabalhos a Comissão apresentará um relatório circunstanciado com as conclusões que será publicado no Diário da Assembléia e encaminhado. "E aqui eu colocaria o inciso 4: "...encaminhado à Comissão Permanente que tenha a maior pertinencia com a matéria a qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso anterior".

Me parece que irá a Comissão de Terras e evidentemente que a Comissão Executiva vai designar isso posteriormente e a Comissão vai discutir isso no âmbito da Comissão Interna se aprecia, aprova ou não o relatório.

Não cabe a este Plenário que tenha esta responsabilidade de aprovar ou não o relatório.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. A Mesa agradece a interferência, e a Comissão Executiva conseqüentemente irá tomar as medidas cabíveis.

Ainda no Horário das Lideranças: PSC, PDT, PL, PSDB, PMDB, Liderança do Governo.

#### (Declinam)

Está encerrada a Hora do expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 012/99, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva acrescentar Parágrafo ao art. 2º, da Lei nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, alterada pela lei de nº 12.201, de 25 de junho de 1998. Visa, ainda, dar nova redação ao art. 5º, da referida Lei nº 11.961/97, alterada pela também mencionada Lei nº 12.201/98, bem como definir reajuste de valores conforme especifica. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Ofício nº 001/99, subscrito pelos Senhores Deputados Edno Guimarães, Plauto Miró Guimarães, Nelson Garcia e demais Senhores Deputados, constante do expediente, apresentando relatório conclusivo realizado nos dias 31/05 e 01/06/99, pela Comissão Especial de Investigação, formada por Parlamentares Supra-Partidárias desta Casa, com o objetivo de vistoriar as propriedades rurais da região de Querência do Norte, após reintegração de posse determinada pela justiça e cumprida pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública. **A Comissão Executiva.**

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Pércles Mello, com apoio dos Senhores Deputados Hermes Fonseca, Irineu Colombo e Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 016/99, de autoria do Deputado Hermes Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar um imóvel a Prefeitura Municipal de Congonhinhas. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 05, de 23.02.99).**

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 203/99, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública o Pelotão de Guarda-Mirim de Guaratuba, com sede e foro no Município de Guaratuba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 203/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Pelotão de Guarda-Mirim de Guaratuba, com sede e foro no Município de Guaratuba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.06.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ANTONIO CARLOS BARATTER - Relator

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 255/99, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Caridade, com sede e foro em Laranjeiras do Sul. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 48, de 18.05.99).**

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 263/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Moradias Timbu, com sede e foro no Município de Campina Grande do Sul. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 51, de 20.05.99).**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/99, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública a Fundação Nosso Lar, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 261/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Igreja Obra Missionária - Os Atalaías Missionários da Última Hora, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J..

Votação da emenda. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/99, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública o Centro Educacional João Paulo II, no Município de Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 310/99, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Paulo Frontin. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1337, 1338 e 1359 a 1361, de autoria do senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 1333 e 1339, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1328, de autoria do Senhor Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Aprovado.**

**O SR. LUIZ FERNANDES LITRO  
(Para Encaminhar)**

Senhor Presidente, esse requerimento que encaminhei à Secretaria da Segurança Pública e ao Delegado Geral pelo brilhante trabalho do nosso Delegado de Polícia, Doutor José Tadeu, que vem fazendo, esse Delegado já trabalhou em Dois Vizinhos, por dois anos e meio, e vindo trabalhar em Campina Grande, e a sociedade de Dois Vizinhos, Conselho de Segurança, Prefeito e Vereadores fizeram a Comissão e vieram aqui conversar com o Delegado, diante do bom trabalho para voltar a trabalhar em Dois Vizinhos.

Hoje, o delegado faz um brilhante trabalho em Dois Vizinhos, cidade de pequeno porte, de 36 mil habitantes. Está fazendo um ano que não

roubam nenhum carro. Queremos encaminhar ao Secretário de Segurança pelo brilhante trabalho desse Delegado, encaminhando uma cópia para ele. Nós, que moramos em Dois Vizinhos e estamos toda semana lá, sabemos o que acontece em nossa cidade.

Por isso encaminho isso. É um pedido da nossa sociedade de Dois Vizinhos.

Obrigado.

**O SR. PASTOR EDSON PRACZYK**

Pela Ordem, Senhor Presidente?

**(Assentimento)**

Acho importante a observação do Deputado Litro, meu amigo e companheiro fez, em relação ao seu amigo e colega. Mas, em minha concepção, vejo que o brilhantismo de um Delegado não se resume apenas por um aspecto de suas tarefas. Porque, ainda insisto, que o mesmo utilizou-se de má fé, discriminou, cometeu um crime contra a nossa lei maior, quando na ocasião, reteve um Pastor Evangélico, sem justa causa.

Gostaria que ficasse registrado esse meu protesto nesta tarde.

Muito obrigado.

**O SR. LUIZ FERNANDES LITRO**

Senhor Presidente, o Pastor que ele cita, não tinha documento com base legal, para que fosse Pastor. Assim que ele pediu para ir à Delegacia, para visitar os presos, o Delegado de Dois Vizinhos o levou para conversar com três detentos. De repente, ele estava orando dentro, o que não foi permitido. Foi pedida a sua documentação, ele não tinha e foi detido.

Em breve o Delegado liberou esse Pastor, que não era Pastor e não tinha a documentação - ideologia falsa.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Não há Questão de Ordem a ser decidida.

Está em votação o requerimento do Deputado Luiz Fernandes Litro, que requer voto de congratulações ao Delegado, bacharel, José I. Tadeu.

**Aprovado.**

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Senhor Presidente, registre a abstenção da Bancada do PT.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Devidamente registrado.

Requerimento nº 1324, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

**O SR. IRINEU COLOMBRO (Para Encaminhar)**

O adiamento até foi salutar, porque estamos recebendo em mãos um xerox onde mostrava que a juíza havia deferido o grampo ao telefone da Cooperativa do MST, a única Cooperativa daquela cidade, que leva o progresso para Querência do Norte. No dia 11, o pedido foi feito no dia 12, e a escuta começou no dia 10. A Legislação diz que só pode ser autorizado escuta telefônica quando existe um Inquérito e se faz imprescindível para elucidação do Inquérito a escuta telefônica. Isso fala a Legislação.

No entanto, ao pedido de um soldado, sargento, alguma coisa assim, ela deferiu de pronto, com esses equívocos e datas. Ela deferiu antes que o pedido chegasse até o Fórum.

E hoje, Senhor Presidente, a "Folha de Londrina" apresenta uma entrevista que a Juíza diz o seguinte: "Mas por que a diferença de data entre uma e outra autorização? Um Juiz que tem tantos problemas como eu, não pode se equivocar. Eu, sinceramente, me equivoquei. Era dia 12 e pus dia 11. Mas não fiz por maldade. Juiz também erra. Houve um equívoco. E no dia 25 eles - a Polícia - pediram que cessasse o grampo. Em momento algum fala sobre o Inquérito exigido por lei."

Mais adiante, diz o seguinte: "Por que a senhora autorizou a escuta dos telefones?" "Determinei a interceptação da linha referente ao número tal, de Querência do Norte, em atenção ao pedido formulado pelo Major Valdir C. Neves. Destinado a averiguações ao suposto delito de homicídios de autoria desconhecida, cuja circunstância estava sendo investigada naquela época, que nada tinha ou tem a ver com o MST." "Quer dizer que a polícia suspeita dos membros do MST?" "Não é isso! Estávamos esperando ela se corrigir. A polícia esperava que alguém telefonasse para eles. Quero crer que é isso."

Vejam só o despacho da Juíza! Olhe o tipo de juízo que faz das questões! É brincadeira o que se faz! Olhem o teor da entrevista! Totalmente equivocada, não sabe a data direito, não sabia o que era, suposições! A Secretaria de Segurança Pública divulgou as fitas criminalizando os sem-terra, dizendo que era autorização da Juíza. O Estado do Paraná, como levou o Ouvidor da Reforma Agrária ao Presidente da República, comete equívocos ou verdadeiros crimes contra os movimentos sociais, tomando por base mera alegações legais.

É esse o requerimento pedindo esclarecimentos, explicações com relação a essa questão de grampo. E tomara que o Secretário tenha explicações para isso.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI

Ouvi os argumentos do Deputado Irineu Colombo e não consegui entender. Pediria ao Deputado Irineu Colombo que novamente colocasse o porquê de aprovar o requerimento.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Deputado Valdir Rossoni, está em anexo ao requerimento o ofício. Como fosse a autorização do grampo hoje e o pedido fosse amanhã. O grampo aconteceu dois dias antes. Tem alguma coisa errada no Paraná!

**O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)**

Gostaria apenas de uma explicação. Porque tenho outro requerimento, por isso da minha questão de ordem, que me função da escuta telefônica, solicita a presença do Secretário da Segurança Pública para tecer explicações. O meu vai um pouco além do Deputado Irineu Colombo. Gostaria que fizesse a discussão conjunta dos dois requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Vamos acoplar os dois requerimentos.

Requerimento do Deputado Ângelo Vanhoni: requer que seja convocado o Secretário de Segurança Pública.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

Acredito que não há possibilidade de votarmos os dois requerimentos de uma vez só. Porque no requerimento do Deputado Ângelo Vanhoni ele quer convocar o Secretário de Segurança e no outro o Deputado Irineu Colombo requer esclarecimentos. Não há condições de serem encaminhados ou votados no mesmo instante.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Perfeitamente pertinente a colocação de Vossa Excelência.

Estamos apenas economizando tempo para ouvir o encaminhamento do Deputado Ângelo Vanhoni. Quando formos votar os requerimentos, aí sim, votaremos separadamente.

Com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Sr. Presidente e Srs. Deputados, na realidade há uma discordância com a Secretaria de Segurança Pública, acho que ela precisa trazer alguns esclarecimentos para opinião pública e para a Assembleia Legislativa, porque o Secretário de Segurança Pública no dia 5 de junho depois que passou na televisão, a escuta telefônica, em horário nobre, na Rede Globo, entre os membros do MST conversando com os dirigentes do MST de Querência do norte e outras localidades do Estado do Paraná.

Na manhã seguinte o Secretário de Segurança Pública Cândido Martins de Oliveira, vem a televisão e ao rádio de todo o Brasil e, inclusive participou de uma entrevista pela CBN Nacional, no Repórter da CBN, e uma das perguntas que o repórter fez foi da justificativa, do porque que o grampo estava sendo pelo próprio Estado. Sendo que recentemente tinha havido uma escuta telefônica, no Organismo do Governo Nacional que era relativa a fala do Presidente da República, envolvendo uma negociação na TELEBRÁS. Praticamente todos os juristas, todo mundo criticou o grampo, a escuta. Porque é inviolável o direito da pessoa poder ter a sua intimidade. A não ser por um Processo Judicial aonde que alguém esteja em suspensão, nesse Processo Judicial e a própria Justiça autorize à escuta telefônica. Então se há uma suspeita que algum cidadão esta sendo investigado pela polícia e, ela suspeita que ele seja um receptor de veículos, que ele seja um traficante de drogas, o Juiz pode autorizar a escuta telefônica e esta peça da escuta telefônica, depois vai servir junto com os autos para um processo crime com relação a alguma pessoas.

Pois bem, o Secretário de Segurança Pública no dia 05, logo depois da publicação da escuta do grampo, justificou-se junto com o Chefe da casa Civil, Sr. Taborda, num programa de rádio nacional, que o Governo do Estado do Paraná e a Secretaria de Segurança Pública, tinham indícios de que os Trabalhadores do MST, estavam contrabandando armas. Então tinha uma suspensão de que estavam se armando e, de que o Estado do Paraná já havia três, quatro meses atrás, estava fazendo uma campanha para o desarmamento inclusive, tinha apreendido algumas armas, na Região lá de Querência do Norte, e na Região do Norte do Paraná. Como havia esta suspensão de que havia um contrabando de armas, por parte da cooperativa, solicitou-se a quebra do sigilo telefônico.

Quando escutei essa notícia fiquei assustado, por que o MST no Brasil inteiro não esta se armando para resistir nenhuma desocupação e nós sabemos disso. As notícias mostram isso. Não há nenhum tiro nem de pólvora seca, disparado nesses últimos 20 anos, que tenham justificado uma medida como essa da Secretaria de Segurança Pública.

A surpresa, que é um pedido datado do dia 12, por um sargento de polícia. A escuta pelo Secretário de Segurança Pública, começou no dia 10, ele relata isso numa das fitas gravadas, e a juíza despachou no dia 11. Há um conflito de datas num documento oficial, que esta no processo do Tribunal de Justiça, e há uma declaração pública do Secretário de Segurança Pública. Não sei se ele levou a erro ao Chefe da casa Civil confirmando a

versão do contrabando de armas, pela Cooperativa dos Trabalhadores Sem-Terra.

Enquanto que no pedido, na justificativa que a Juíza Elizabeth Carter concedeu a Secretaria de Segurança Pública, ao sargento de polícia, não faz menção nenhuma, sequer a qualquer fato relacionado ao contrabando de armas. O outro pedido feito pelo major Neves, que é conhecido em todo o interior do Estado, faz um pedido para investigar um possível crime, numa data remota. Aliás o pedido do major Neves foi indeferido o pedido que foi deferido, foi do sargento de polícia, que não tem nada com o tráfico de armas.

Parece-me que o Secretário de Segurança Pública faltou com a verdade, com a Assembléia, a população do Estado do Paraná inteiro, com os integrantes do Governo do Estado do Paraná, porque o Chefe da Casa Civil, num debate com o repórter da CBN nacional confirmou a versão do tráfico de armas, essa documentação está sendo mandada para a Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional e o Secretário de Segurança Pública, ao começar a escuta telefônica no dia dez e a juíza Elizabet, autorizar, seja no dia 11 ou no dia 12, me parece que cometeu uma ilegalidade. A suspeita que tenho, é de que a Secretaria de Segurança Pública esteja ao arrepio da lei, não compactuando com aquilo que ela deveria preservar, que é a não transgressão dos princípios constitucionais, está agindo fora da lei e me parece que aquelas denúncias que a Revista Caros Amigos traz, de que as desocupações estejam acontecendo na madrugada, à uma hora da manhã, às duas horas da manhã, estejam de fato acontecendo, por isso eu acho que para que a gente possa investigar e esclarecer, nada melhor do que a gente trazer o Bradock das Araucárias para que venha aqui na tribuna da Assembléia, e possa com a sua capacidade, com o seu verbo, com a sua tranqüilidade que tem, de expor essa situação toda, se tem ilegalidade ou não, se tem alguma transgressão da norma, aqui perante os Deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Acho que o Secretário Cândido Martins de Oliveira, que é uma pessoa que gosta de falar, não tem medo, é uma pessoa de coragem, é um homem corajoso, honesto, convicto das suas opiniões e ele pode explicar essas contradições existentes no processo do grampo. Pode vir com a maior tranqüilidade. Pode oferecer uma série de informações e tirar algumas dúvidas.

Por isso, solicito ao Deputado Valdir Rossoni e aos Deputados e à Comissão que investiga as questões relativas à terra, os problemas relativos a mais de vinte e trinta propriedades na região de Querência do Norte, que acabaram de fazer o relatório, peço aos Deputados que aprove a vinda



do Secretário de Segurança Pública aqui na Sessão, porque será um bom momento, inclusive para o Deputado confirmar essas questões todas que estão acontecendo no interior do Estado a respeito dos despejos das áreas ocupadas.

Será um momento para que a gente possa pôr à limpo uma série de questões. Por isso, peço encaminhamento favorável à vinda do Secretário para esclarecer essas questões.

#### O SR. RICARDO CHAB (Questão de Ordem)

Estou ouvindo atentamente e ouvi o Deputado Irineu Colombo fazer uma referência a uma entrevista com a Senhora Juíza de Loanda e disse que a juíza havia pedido o grampo para investigação de um suposto homicídio.

Ontem, lendo a “Folha de Londrina”, me causa espanto quando vejo, na página 3: “Grampo revela segredos dos líderes dos sem-terras” e o que a Folha de Londrina teve acesso, parte das fitas gravadas, que o jornal não mostrou, diz aqui: “Uma informação: Mataram um “cara” na...”. Mais embaixo diz: “Liderança do MST nega participação no crime”.

Não quero justificar o pedido do Secretário, mas do volume de informações da questão do grampo, quero crer que as palavras da juíza eram para investigar o caso de um assassinato de um membro dos sem-terra e que cujo grampo revela que a autoria estrita dentro do próprio Movimento.

É o que revela a Folha de Londrina.

Não quero entrar no mérito da questão do grampo e data. Quero sugerir que usemos a Comissão de Segurança Pública dessa Casa, que está aí exatamente para isso, para que a Comissão de Segurança Pública chame o Secretário da Segurança Pública para nos explicar. Agora, a questão do grampo que se coloca, é para levantar um crime de homicídio. Pelo menos é isso que revela a “Folha de Londrina”, estou deixando claro isso para o Plenário.

Então peço aos membros da Comissão de Segurança desta Casa para que assinem um convite para que o Secretário de Segurança viesse à Comissão específica, que é a Comissão de segurança Pública desta Casa.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

Olha, não vejo óbice que o secretário compareça à Comissão de Segurança. O Deputado Ricardo Chab tem razão. Só estendo o convite para esta Sessão da Comissão de Segurança Pública, a todos os Deputados que queiram participar. Agora, o documento que tenho para o Ricardo Chab, é documento expedido pelo tribunal, está aqui, não é folha de jornal. É um despacho do juiz.

#### O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Só para concluir. Me perdoe, só quero dizer que não quero entrar no mérito da questão da data do requerimento. Agora acho que aí é uma questão de informação da Secretaria de segurança Pública. Por isso acho oportuno, inclusive, o convite do Secretário.

#### O SR. PÉRICLES MELO (Pela Ordem)

Só para esclarecer ao Deputado Chab. O que diz o jornal é que das informações daquilo que foi ouvido através do grampo, se supunha que tinha sido assassinado um sem-terra por um próprio sem-terra. Mas não que o motivo do grampo foi para assassinar, não. O grampo foi colocado numa cooperativa legalmente constituída. É uma suposição.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não procede a Questão de Ordem de V.Exa. - Deputado Péricles. Com a palavra o Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, Pela Ordem.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, esta questão que está sendo discutida nesta Casa por várias e várias semanas, chegou numa questão meramente ideológica. A questão de nós trazermos, aqui, o Secretário de Segurança, concordo com o Deputado Chab. A Comissão tem todos os poderes para convidar o Secretário. Eu, sinceramente, também tenho um parecer, acho que seria salutar a vinda do Secretário de Segurança nesta Casa. Mas sinceramente, Senhor Presidente, o que temos visto é que Deputados, ideologicamente, pensam de forma contrária ao que muitos pensam aqui e não estão - sim, interessados no esclarecimento do Secretário ou de qualquer esclarecimento. Estão, sim, em busca de mais argumentos para fazer o discurso fácil.

Senhor Presidente, estamos encaminhando e pedindo aos Senhores Parlamentares para que votemos contra os dois Requerimentos, porque não temos visto nas atitudes do PT boa vontade nos esclarecimentos desta questão, primeiro: teria feito parte da Comissão que acompanhou. Outra questão, jamais o esclarecimento do secretário de Segurança vai vir aqui convencer os Deputados do PT. Então qualquer esclarecimento que seja necessário para esta Casa o Secretário de Segurança está a disposição para vir na Comissão de Segurança. Nós não vamos colocar aqui o Secretário de Segurança para Partidos Políticos fazerem, da presença do Secretário de Segurança, aqui, o uso político-partidário.

Então, peço aos Parlamentares que assim entenderem que votemos contra os dois requerimentos, o requerimento do Deputado Irineu Colombo, e o requerimento do Deputado Ângelo

Vanhoni, que convoca o Secretário para vir nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação, o requerimento Irineu Colombo, que requer informações sobre o grampo efetuado contra o MST, os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão.

**Está rejeitado o requerimento do Deputado Irineu Colombo.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Solicito que registre o voto favorável ao requerimento da Bancada do PMDB.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

E também da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente anotado.

Requerimentos nºs 1329 a 1331, de autoria do Senhor Deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1340, de autoria do Senhor Deputado Tony Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1344 a 1346 e 1355, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1332, 1351 a 1354 e 1369, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1347, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1348 e 1350, de autoria do Senhor Deputado Waldyr Pugliesi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1349, de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1362 e 1363 de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1364, de autoria do Senhor Deputado Renato Gaucho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1368, de autoria do Senhor Deputado Antonio Carlos Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1370, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1371, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1326, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. IRINEU COLOMBO

Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Deputados que aprovam o requerimentos queiram levantar-se.

Nove Deputados provam o requerimento.

**Está rejeitado o requerimento.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Peço, Senhor Presidente, para que registre o voto favorável do Deputado Strapasson, Ademir Bier, Waldyr Pugliesi, Orlando Pessuti, Irineu Colombo, Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Péricles Mello, Nereu Moura e José Maria Ferreira, e peço à V.Exa, para poder justificar o voto.

Votamos a favor porque temos certeza que a bancada do PT busca sim esclarecer os fatos, e por discordar do deputado Valdir Rossoni que alega que o Secretário Cândido Martins não teria condições de prestar, de convencer e esclarecer os fatos. Nós confiamos na capacidade de esclarecimento e de convencimento do Secretário Cândido, por isso queremos que ele venha aqui prestar os esclarecimentos.

O SR. VALDIR ROSSONI

Para justificar o voto.

O Deputado Pessuti talvez esteja com um pouco de dificuldades e até peço para que os sistema de som aumente um pouco o som, porque talvez seja dificuldades de audição do ilustre parlamentar, que não tenha ouvido ou interpretado as minhas palavras corretamente. Disse que nós não concordávamos com a vinda do Secretário aqui porque existe políticos que estão em busca de discursos e não de esclarecimentos. Então, se por uma eventualidade o ilustre parlamentar, com todo o respeito que tenho por V.Exa. está com problema e não ouviu corretamente foi falha do som desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após o término desta.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária, para terça-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 224, 234, 280, 292 e 294/99.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 250/99.

Levanta-se a sessão.

3½ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 019, 261 e 276/99.